



Relatório de Término de Projeto

PCR BR-0159 (PROCAV II)

Nome do Projeto: *Programa de Microdrenagem em São Paulo, Segunda Etapa.*

País: *Brasil*

Setor/Subsetor: *DU*

Equipe de Projeto Original:

Bernal Jiménez (PRA/SUD), Chefe da Equipe de Projeto

José Villatoro (PRA/SUD)

Hugo de Oliveira (PRA/SUD)

Romeo Arnaboldi (PRA/SUD)

Antonio Rossin (PRA/ENV)

Daniel Vreugdengil (PRA/ENV)

Pablo Alonso (LEG1)

Antonio Paz (OPS/FBR)

Paulo Carvalho (OPS/FBR)

Anne Deruyttere (PRA/ENV)

Marie Madeleine Mallieux (consultora)

Número de Empréstimo: *849/OC-BR*

Data do CRG: *12 de junho de 2007*

Data de Aprovação Final: *09 de julho de 2007*

Equipe PCR: Autor Principal e Membros:

Patrício Naveas, Especialista Setorial, COF/CBR

Edu Gonzaga, Especialista Financeiro, COF/CBR

Maurício Luduvic, Consultor

Acrônimos e Abreviações

- PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
- SIURB – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras
 - GEPROCAV – Grupo Executivo do Programa de Canalização de Córregos e Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale do Município de São Paulo
- SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
- SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
 - HABI – Superintendência de Habitação Popular
- SF – Secretaria Municipal de Finanças
- SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento
- SMT - Secretaria Municipal de Transportes
 - CET – Companhia Engenharia de Tráfego
- SNJ - Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
 - DESAP- Departamento de Desapropriações
- SIS - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
- SS – Secretaria Municipal de Serviços
 - ILUME – Departamento de Iluminação Pública



Índice

I. Informação Básica	1
II. O Projeto	2
a. Contexto do Projeto.....	2
b. Descrição do Projeto.....	2
i. <i>Objetivo(s) de Desenvolvimento</i>	2
ii. <i>Componentes</i>	3
c. Revisão da Qualidade do Desenho	3
III. Resultados.....	3
a. Efeitos Diretos.....	3
b. Externalidades.....	5
c. Produtos.....	5
d. Custos do Projeto	8
IV. Implementação do Projeto	8
a. Análise de Fatores Críticos.....	8
b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora.....	9
c. Desenvolvimento do Banco.....	9
V. Sustentabilidade	9
a. Análise de Fatores Críticos.....	9
b. Riscos Potenciais	10
c. Capacidade Institucional.....	10
VI. Monitoramento e Avaliação	11
a. Informação sobre Resultados.....	11
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post	11
VII. Lições Aprendidas.....	11





I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

Nº PROJETO: BR0159

TÍTULO: Projeto de Microdrenagem, Segunda Etapa

Mutuário: Prefeitura do Município de São Paulo
Agência Executora (AE): GEPROCAV

Data da Aprovação pelo Diretório: 14 Dez 1994
Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 10 Jan 1995
Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 05 Jun 1995

Empréstimo (s): 849/OC-BR
Setor: DU

Meses em Execução:
* Desde a aprovação: 147
* Desde a efetividade do contrato: 146

Instrumento de Empréstimo: Global de obras
múltiplas

Períodos de Desembolso
Data Original de Último Desembolso: 10 Jan 2000
Data Atual de Último Desembolso: 10 Jan 2007
Extensão Acumulada (Meses): 84

Montante do Empréstimo(s)
* Montante Original: US\$ 302.000.000,00
* montante Atual: US\$ 302.000.000,00
* Pari Passu: BID: 55,5 % Local: 44,5%
Houve Redirecionamento de recursos para este projeto?
[x] N/A

Investimento Combate a Pobreza (PTI): Sim/Não
Equidade Social (SEQ): Sim/Não
Classificação Ambiental: Categoria IV

Montante US\$:
Desembolsos
* Montante atual: US\$ 302.000.000,00 (100%)

Custo total do projeto (estimativa original): US\$ 544.000.000,00
Custo total atual: US\$ 693.511.266
Em estado de "Alerta"
Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	<input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório(MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório(I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
SU	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)



II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

O Município de São Paulo, onde se localiza a principal cidade brasileira, conta com uma população estimada em 10,6 milhões de habitantes e concentra grande variedade de atividades comerciais e industriais. Atraídos pela possibilidade de uma vida melhor, a cidade de São Paulo experimentou um acelerado processo de urbanização ao longo dos últimos cinquenta anos, ao receber milhares de migrantes de diferentes regiões do País, grande parte deles com baixo nível de escolaridade e reduzido poder aquisitivo, que estavam procurando melhores condições de vida.

Devido à concorrência pela utilização do espaço urbano, as populações menos favorecidas (usualmente migrantes) acabaram ocupando áreas marginais, caracterizadas pela alta declividade (morros), ou proximidade a cursos d'água (fundos de vale). A ocupação desordenada dos fundos de vale tem como conseqüências a redução e assoreamento da calha do curso d'água a partir da deposição de resíduos sólidos urbanos e sedimentos e o comprometimento da qualidade da água por intermédio do lançamento de esgotos in natura. O comprometimento da capacidade hidráulica da calha de córregos e rios associada à crescente impermeabilização das bacias de drenagem dos cursos d'água são fatores preponderantes na ocorrência de enchentes e inundações em áreas urbanas.

Neste cenário, a Segunda Etapa do Programa de Microdrenagem do Município de São Paulo – PROCAV II, busca dar prosseguimento ao trabalho realizado durante o PROCAV I, concentrando esforços na melhoria das condições de vida das populações residentes em fundos de vale da cidade, a partir de ações integradas em drenagem, saneamento, habitação, educação ambiental, fortalecimento institucional, recuperação de espaços urbanos, reassentamento de pessoas e acessibilidade viária.

b. Descrição do Projeto

i. Objetivo(s) de Desenvolvimento

Melhorar as condições de vida e de salubridade dos moradores dos fundos de vale das sub-bacias mais críticas do Município de São Paulo mediante a continuação do programa de canalizações dos córregos e obras conexas de vias e habitações executado pela Prefeitura Municipal – PMSP. O Projeto atingirá o objetivo por meio de ações destinadas a:

- a. diminuir os problemas que provocam inundações freqüentes ao longo dos córregos, mediante o aumento da capacidade hidráulica como resultado de sua canalização;
- b. reduzir os riscos de deslizamentos que podem afetar a estabilidade de edificações ou vias situadas nas margens dos córregos;
- c. diminuir o volume de contaminação das águas fluviais mediante a remoção das favelas assentadas nas margens dos córregos em combinação com as obras previstas de despoluição do Rio Tietê;
- d. melhorar as condições sanitárias e habitacionais das famílias afetadas pelo Projeto, mediante sua transferência a habitações de melhor qualidade e urbanização das favelas cuja remoção não for necessária;
- e. melhorar as condições de transporte nos fundos de vale e de manutenção dos córregos através da construção de vias paralelas aos córregos canalizados; e
- f. evitar novas invasões de terrenos baldios e reduzir os processos de erosão e sedimentação, mediante a criação e proteção de áreas verdes.



ii. Componentes

Programa de obras múltiplas integrado pelos seguintes componentes e quantidades estimadas:

- Canalizações e vias – compreende a realização de obras de canalização e construção de vias paralelas em 13 córregos: Machados, Cabuçu de Baixo montante, Cabuçu de Baixo jusante, Mandaqui, Franquinho, Paciência, Guaraú, Aricanduva, Itaquera, Maria Paula, Inhumas, Taboão, Ponte Rasa e Pedras. Previu-se a canalização de cerca de 45 km de córregos e a construção de 47 km de vias paralelas;
- Reassentamento – compreende a transferência de cerca de 3.900 famílias a conjuntos residenciais que serão construídos nos locais denominados Garagem, Inácio Monteiro e Jaraguá. Também serão realizadas obras de infra-estrutura de apoio social necessárias nas áreas dos conjuntos residenciais;
- Urbanização de Favelas – compreende a urbanização de favelas cuja remoção não seja necessária beneficiando cerca de 1.350 famílias;
- Meio Ambiente – compreende a criação de áreas verdes e a proteção de microbacias e a execução de plano de educação ambiental destinado à população afetada pelo Projeto; e
- Fortalecimento Institucional – compreende o fortalecimento institucional das Secretarias Municipais do Verde e do Meio Ambiente, da Habitação e Desenvolvimento Urbano e a implantação de um banco de dados informatizado no Centro de Operações da Defesa Civil para prever inundações.

c. Revisão da Qualidade do Desenho

A qualidade do desenho original foi adequada, porém, em 2002 foi realizado um ajuste nas metas estabelecidas no contrato original para adequá-las aos recursos disponíveis e a um prazo de execução razoável, devido às condições encontradas no local das obras e às dificuldades enfrentadas na concretização das ações de desapropriação. A tabela abaixo apresenta um comparativo entre as metas originais e aquelas estabelecidas por ocasião da alteração das mesmas.

Componente	Meta Original	Meta Revista (2002)
Canalizações e Vias	Canalizações: 45 km	Canalizações: 31,8 km
	Vias paralelas: 47 km	Vias paralelas: 32,1
Reassentamento	3.900 famílias	4.497 famílias
Urbanização de favelas	1.350 famílias	630 famílias

Importante ressaltar que a alteração de metas não afetou o desenho original do Projeto, sendo preservadas as condições básicas estabelecidas no Contrato de Empréstimo, relativas aos objetivos de desenvolvimento e as ações necessárias para atingi-lo.

Revisão da Qualidade do Desenho ("Quality -At- Entry")			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (i)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)

III. Resultados

a. Efeitos Diretos

Apesar do significativo atraso na sua execução (o período de implantação do Projeto mais que duplicou os 5 anos originalmente previstos), o Projeto atingiu os objetivos de desenvolvimento estabelecidos no desenho, ao melhorar a qualidade da vida e das condições de salubridade dos moradores dos fundos de vale de onze sub-bacias mais críticas do Município de São Paulo, como se detalha no quadro da página a seguir.



ALCANCE DO (S) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD)

ALCANCE DO (S) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD)			
Objetivo(s) de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos		
	<u>Efeitos Diretos Planejados:</u>	<u>Efeitos Diretos Obtidos</u>	
<p>1. Melhoria da qualidade de vida e das condições de salubridade dos habitantes de fundos de vale das sub-bacias mais críticas do município de São Paulo</p> <p>Classificação: MP</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o risco de inundações por intermédio do aumento da capacidade hidráulica das calhas de diversos cursos d'água urbanos; Reduzir o risco de deslizamentos de terra sobre edificações ou vias situadas às margens dos córregos integrantes do Projeto; Reduzir o nível de contaminação dos córregos mediante a eliminação do lançamento de resíduos sólidos e esgoto in natura; Melhoria das condições sanitárias e habitacionais das famílias afetadas pelo Projeto, mediante transferência para habitações de melhor qualidade e urbanização das favelas cuja remoção não for necessária; Melhorar as condições de transporte nos fundos de vale e de manutenção dos córregos através da construção de vias paralelas aos trechos canalizados; e Evitar novas invasões de terrenos baldios e reduzir os processos de erosão e sedimentação, mediante a criação e proteção de áreas verdes. 	<ul style="list-style-type: none"> Nos onze córregos que foram objeto de intervenção do Projeto, não foram constatadas ocorrências de inundações ou deslizamentos de terra sobre edificações após a conclusão das obras. A implantação do Centro Gerenciamento de Emergências-CGE na fase inicial do Projeto, possibilitou a previsão de tempo em toda a cidade de São Paulo e o alerta para ocorrências de tempestades e riscos de inundações. Desde a implantação do CGE não foram constatadas vítimas fatais em enchentes no município de São Paulo. Melhoria na fluidez do tráfego nas áreas atendidas pelo Projeto e facilidade para trabalhos de manutenção dos córregos, com a abertura de vias paralelas. Considerável melhoria nas condições sanitárias e habitacionais das famílias beneficiadas pelo Projeto. Redução no aporte de esgoto "in natura" e lixo nos córregos urbanos. Treinamento e capacitação de agentes de saúde em questões ambientais e sanitárias. 	
Reformulação: <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>			
PPMR Retrofitting. Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas consequências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metadados. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso. <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>			
<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>			
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação (OD):			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável(MP) <input type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (LP) <input type="checkbox"/> Improvável (I) </div>			
<p><i>Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados.</i></p> <p>O PROCAV II foi preparado em 1994, antes da introdução rotineira do Marco Lógico e do PPMR/ISDP. A aplicação no desenho do Projeto de um mecanismo como o Marco Lógico teria possibilitado maior precisão na definição dos indicadores chaves de efeitos diretos.</p> <p>Apesar do alongado prazo para sua execução e da redução de algumas de suas metas físicas, o Projeto alcançou os efeitos esperados. A sustentabilidade dos benefícios auferidos pelo Projeto dependerá da continuidade das ações da Prefeitura na manutenção dos córregos, dos espaços urbanos e de desenvolvimento social das populações reassentadas e assentadas em áreas urbanizadas pelo Projeto.</p>			
<p>Estratégia de País: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à Estratégia de País.</p> <p>O Projeto foi desenhado na vigência da Estratégia de País 1992-1995, porém as suas contribuições são plenamente concordantes com a atual estratégia (2004-2007), especialmente com a terceira área de ação: Condições de Vida em Cidades, que tem como objetivo geral a integração de atividades de combate à pobreza urbana e o melhoramento na habitabilidade, eficiência e qualidade ambiental das cidades; e mais especificamente, por se constituir o Projeto num conjunto de ações integradas de desenvolvimento municipal, incluindo melhoramento de bairros e moradias sub-normais, saneamento básico, vias e recuperação ambiental de cursos d'água urbanos, expressamente referidos no parágrafo 4.35 da Estratégia como temas centrais de cooperação do Banco com o País, dentro dessa terceira área de ação.</p>			



b. Externalidades

Positivas

- Valorização dos imóveis localizados nas proximidades das vias executadas e dos córregos canalizados;
- Maior disposição da população a pagar taxas e impostos diante dos investimentos públicos realizados;
- Presença do Estado em áreas carentes promove oportunidades para a população e reduz a influência de grupos integrantes do crime organizado;
- Melhoria da auto-estima dos moradores em função de ter um endereço fixo regularizado. Facilita relacionamento na escola, trabalho e vizinhos;
- Facilidade de crédito junto aos estabelecimentos comerciais devido ao comprador apresentar endereço fixo regularizado aumenta o poder de compra da comunidade e, por conseguinte, movimenta a economia da cidade; e
- Oportunidade de maior integração da comunidade a partir do desenvolvimento de atividades de lazer e cultura em áreas verdes e espaços públicos.

Negativas

- Aumento no risco de desentendimentos entre membros da comunidade vivendo em condomínios verticais, devido a problemas causados por inadimplência da taxa de condomínio, morosidade em pagamentos das contas dos serviços públicos, conservação e limpeza das áreas comuns, etc;
- Descrédito do poder público perante população a ser beneficiada em virtude da demora na execução das obras integrantes do Projeto;
- Transformação de áreas públicas em pontos de atividades ilícitas pela ausência de manutenção dessas áreas pelo poder público;
- Desvalorização de imóveis localizados próximos a reservatórios (piscinões), devido à deposição de matéria orgânica e a conseqüente liberação de odores desagradáveis;
- Aumento de casos de doenças associadas a condições de stress em algumas famílias reassentadas, especialmente aquelas compostas por idosos, em virtude da mudança e perda de referências como vizinhos, amigos e da receita financeira oriunda de atividade informal.

c. Produtos

Ao longo da execução do Projeto foram canalizados 33,2 km de córregos, executados 31,5 km de vias paralelas pavimentadas, construídos 7 reservatórios para águas pluviais com capacidade total de reservação de 1,5 milhões de m³ e construídas 31 praças. O Projeto beneficiou ainda 6.646 famílias com novas residências, sendo que 5.822 famílias foram adjudicadas com unidades habitacionais em três conjuntos habitacionais e 824 famílias em favelas urbanizadas. A implantação e equipamento do Centro de Gerenciamento de Emergências de Inundações (CGE), ter-se constituído num excelente instrumento para o monitoramento contínuo das condições meteorológicas em todo o município e para o desenvolvimento de ações de prevenção de acidentes relacionados a tempestades, enchentes, deslizamentos de encosta e alagamentos.

Estudo contratado pela PMSP por indicação do Banco no ano de 2004 (vide Anexo 5), concluiu que as obras hidráulicas realizadas na bacia do córrego Aricanduva, onde se localizaram grande parte das intervenções do Projeto (construção de 5 reservatórios de retenção de enchentes ("piscinões") e intervenções complementares na calha do Médio e Baixo Aricanduva), tornou a bacia deste córrego mais regulada e segura, em função do retardo proporcionado pelas estruturas de retenção executadas. Os reservatórios permitiram o amortecimento dos hidrogramas de cheias afluentes, de modo a garantir que as vazões de pico no trecho do Médio e Baixo Aricanduva não ultrapasse a capacidade hidráulica estimada em 112 m³/s e 117 m³/s respectivamente. Porém, o estudo concluiu que a apesar das obras realizadas terem propiciado uma redução significativa das vazões afluentes ao córrego por ocasião de tormentas, o risco de inundação anual ainda é superior a 10%, sendo necessária a execução de obras complementares nas sub-bacias dos córregos Machados, Tapera e Taboão, para eliminação do risco de inundação. Também, o rebaixamento da calha do rio Tietê, atualmente em execução por parte do Estado de São Paulo com financiamento do JBIC, irá propiciar níveis mais baixos na foz do córrego Aricanduva, favorecendo por conseguinte, a condição de escoamento deste córrego.

Cada um dos produtos obtidos pelo Projeto se detalham no quadro da página a seguir.



PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
1. Componente 1: Canalizações e Vias Custo total do Componente 1: US\$ 381.111.461 Contraparte :US\$ 97.147.140 BID:US\$ 283.964.322 Desembolso BID:100 % <u>Classificação: S</u>	Produtos Planejados 1) Original: Canalização de 45 Km de córregos e execução de 47 Km de vias paralelas. O ajuste das metas aprovado em 19/11/2002, as reduziu para: Canalização: 31,8 km e Vias paralelas: 32,1 km.	Produtos Obtidos (*) Canalizados 33.175 m de córregos, Executadas 31.477 m de vias paralelas e construídos 7 reservatórios para águas pluviais com capacidade de 1.489.000 m3. * Obras complementares realizadas pela PMSP em 5 dos córregos listados abaixo elevará a extensão de canalizações para 34.286 m e de vias paralelas para 36.023 m. Machados – Canal: 1.453 m Vias: 1.464m Cabuçu Mont. – Canal: 815 m Vias: 892 m Cabuçu Jus. - Canal: 5.475 m Vias: 5.320 m Mandaqui – Canal: 2.880 m Vias: 2.800 m Franquinho – Canal:4.840 m Vias: 3.915 m Guaraú – Canal: 1.230 m Vias: 1.640 m Aricanduva – Canal: 2.600 m Vias: 2.380 m Itaquera- Canal: 4.430 m Vias: 2.740 m Inhumas- Canal: 2.290 m Vias: 2.442 m Taboão – Canal: 4.360m Vias: 3.710 m Rio das Pedras – Canal:1.849 m Vias:1.129 m Pirajussara – Canal: 1.053Vias: 3.045 m
2. Componente 2: Reassentamento Populacional Custo total do Componente 2: US\$ 83.125.051 Contraparte: 74.578.934 BID: 8.546.116,81 Desembolso BID: 100 % <u>Classificação: S</u> <u>Obs.:</u> 1)Não inclui valores de desapropriações 2)Inclui valores do componente 3.	2) Original: Reassentamento de cerca de 3.900 famílias para três conjuntos habitacionais: Garagem, Inácio Monteiro e Jaraguá, completos com infra-estrutura urbana. O ajuste das metas aprovado em 2002 elevou o número de famílias a reassentar para 4.497.	Total de famílias beneficiadas: 5.822 Conjunto City Jaraguá: 2.992 famílias beneficiadas – 2.936 unidades habitacionais entregues e 56 em fase final de acabamento. Conjunto Inácio Monteiro: 846 famílias beneficiadas – 818 unidades habitacionais entregues. Conjunto Garagem- famílias beneficiadas:1.984
3. Componente 3: Urbanização de Favelas Custo total do Componente 3: ver observação 2 do componente 1. Contraparte : BID: Desembolso BID: % <u>Classificação: S</u>	3) Urbanização de favelas beneficiando cerca de 1.350 famílias. O ajuste ocorrido em 2002 reduziu a meta para 630 famílias.	Favelas urbanizadas: 824 famílias beneficiadas. Vitotoma Mastrorosa: 254 famílias beneficiadas; 80 UHs concluídas e 38 UHs em fase final de acabamento. 136 famílias removidas e reassentadas. Haia do Carrão: 264 famílias beneficiadas; 78 UHs concluídas e 52 em fase final de acabamento. 164 famílias removidas e reassentadas. Santo Eduardo: 306 famílias beneficiadas; 124 UHs concluídas
4. Componente 4: Meio Ambiente Custo total do Componente 4: US\$ 11.688.311 Contraparte:US\$ 5.163.900 BID:US\$ 6.524.411 Desembolso BID: 100 % <u>Classificação: S</u>	4) Criação de áreas verdes e proteção das micro-bacias contempladas com obras e o desenvolvimento de plano de educação ambiental destinado à população envolvida com o Projeto.	Foram construídas ou reformadas 31 praças públicas com recursos do Projeto e implantada urbanização. O Plano de Educação Ambiental não foi executado na oportunidade prevista no contrato de empréstimo, de modo que não acompanhou a execução das obras.
5. Componente 5: Fortalecimento Institucional Custo total do Componente 5: US\$ 5.017.113 Contraparte:5.017.113 BID:0,00 <u>Classificação: S</u>	5) Fortalecimento institucional das Secretarias Municipais do Verde e do Meio Ambiente e da Habitação de Desenvolvimento Urbano, e a implantação de banco de dados informatizados no Centro de Defesa Civil para prever inundações.	Implantação do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) vinculado a Secretaria de Infra-estrutura, com atuação destacada na prevenção de acidentes vinculados a fatores meteorológicos como tempestades, chuvas intensas, etc. Capacitação de 84 educadores e 6.000 agentes comunitários de saúde.



Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais.

As diferenças encontradas no Componente 1 foram causadas pela impossibilidade de realização das obras nos córregos Maria Paula, Paciência e Ponte Rasa, os dois primeiros devido à dependência com obras estaduais e o terceiro, devido à inviabilidade sócio-econômica. Como compensação, foram incluídas a execução de reservatórios de contenção (piscinões) em áreas de risco localizadas em bacias integrantes do Projeto e as obras no córrego Pirajussara. A diferença entre o número de famílias beneficiadas e unidades habitacionais construídas nas favelas urbanizadas é justificada pela limitação de área para o assentamento de todas as famílias no local.

Obras complementares que estão sendo executadas com recursos da PMSP nos córregos Machados – via: 561 m; Franquinho – via: 925 m; Guaraú – canal: 480 m e via: 630 m; Itaquera – canal: 420 m e via: 910 m; Inhumas – 500 m e Rio das Pedras – canal – 211 m e via: 1.020 m elevarão a extensão de córregos canalizados e vias paralelas executadas para 34.286 m e 36.023 m, respectivamente.

O motivo pelo qual o Programa de Educação Ambiental tenha sido executado com demora, pode ter-se devido ao fato de que o contrato de empréstimo não incluiu recursos para o seu financiamento.

No âmbito do componente fortalecimento institucional o destaque ficou por conta da implantação do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE). O CGE é atualmente um centro de referência utilizado pelo poder público, mídia e a população em geral como fonte de informação e previsão de tempestades, enchentes e inundações. O fortalecimento institucional da SEHAB foi retirado do Projeto uma vez que foi incluído no Programa Prover (antigo Cingapura) da PMSP (BR-0210).

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente conseqüências dessas mudanças.

[X] N/A

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

[] Muito Satisfatório (MS) [**S**] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)



d. Custos do Projeto

Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)				Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)			% Diferença
(Reproduzir quadro de custos)				(Reproduzir quadro de custos)			
Categoria de Investimento	BID	PMSP	Total	BID	PMSP	Total	%
1. Engenharia e Administração	5.750	22.650	28.400	8.062	49.635	57.698	103
Estudos e Projetos	0	10.650	10.650	0	5.698	5.698	-46
Administração e Supervisão	5.750	12.00	17.750	8.062	43.937	52.000	193
2. Custos Diretos	288.958	54.942	343.900	283.966	97.147	381.111	11
Canalização	178.421	36.739	215.160	230.072	62.616	293.338	36
Vias Públicas	88.019	10.494	98.513	46.719	29.367	76.086	-23
Meio Ambiente	22.518	7.709	30.227	6.524	5.164	11.688	-61
3. Custos Concorrentes	4.270	99.770	104.040	8.546	118.770	127.317	22
Desapropriações	0	46.740	46.740	0	44.191	44.191	-5
Reassentamento de Famílias	4.270	47.330	51.600	8.546	69.561	78.108	51
Fortal. Inst. e Educ. Ambiental	0	5.700	5.700	0	5.017	5.017	-12
4. Custos Financeiros	3.022	64.638	67.660	1.427	125.958	127.385	88
Juros	0	60.620	60.620	0	119.861	119.861	98
Comissão de Crédito	0	4.018	4.018	0	6.098	6.098	52
F.I.V	3.022	0	3.022	1.427	0	1.427	-53
Total	302.000	242.000	544.00	302.000	391.511	693.511	22
% Participação	55,5	44,5	100	44	56	100	

Explique brevemente as diferenças.

O longo prazo de execução teve impacto significativo nos sub-itens administração, supervisão e juros. A variação entre os demais itens é justificada em virtude dos ajustes de metas acordados ao longo do período de implementação do Projeto e a necessidade de aditivos contratuais para cobrir itens não previstos ou subestimados nos projetos básicos.

Apesar da redução das metas ocorrida em 2002, o item canalização apresentou custo 36% acima do inicialmente previsto. Indefinições nos projetos básicos, dificuldades para obtenção de áreas de apoio (empréstimos e "bota-fora") e lentidão nas ações de desapropriação, contribuíram para elevação do custo final do item. Importante ressaltar que mesmo que tenha-se reduzido a extensão das obras nos canais, foram agregados 7 reservatórios de detenção de enchentes não previstos no desenho original do Projeto, cujos custos foram contabilizados na sub-categoria Canalização.

IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

O longo prazo de execução levou o Projeto a atravessar quatro (4) Governos Municipais acarretando alterações na composição da unidade executora e atraso no cronograma de execução de algumas obras devido a suspensão de contratos para análise por parte das novas administrações.

A complexidade de intervenções em áreas urbanas envolvendo o reassentamento de comunidades, urbanização de favelas, remoção de interferências e ações de desapropriação foram determinantes para a extensão do período de execução do Projeto. Tais fatores de risco foram devidamente identificados durante o desenho e estão explícitos no Documento de Projeto; porém o desenho do Projeto superestimou a capacidade da PMSP em levar adiante as ações de desapropriação das áreas afetadas e não previu recursos para o reforço da unidade encarregada pelos processos.

O procedimento expropriatório privilegiou a adoção da via judicial em detrimento de acordos amigáveis, sendo o baixo valor das indenizações, quando comparado ao valor de mercado, fator determinante para tal acontecimento. As ações de desapropriação ficaram comprometidas pela dificuldade da Prefeitura em cumprir os compromissos acordados em juízo relativo ao pagamento das indenizações devidas aos proprietários de imóveis afetados pelo projeto, levando a decretação de precatórios pela Justiça.

Todos os contratos de obras geraram necessidade de aditivos, a maioria com valores acima de 25% do preço contratual. A complexidade da execução de obras em áreas metropolitanas exige que o projeto utilizado para licitação da obra contenha informações detalhadas sobre as condições do solo (sondagem) e áreas de apoio (jazida, bota-fora, etc). No caso do PROCAV II, os projetos básicos utilizados para licitação das obras não atenderam esse requisito.

Intervenções em áreas de córregos usualmente exigem substituição de solo e por conseguinte a disposição do material original, normalmente contaminado, em aterros (bota-fora) devidamente licenciados. Ocorre que em áreas metropolitanas tais aterros são extremamente disputados, sendo comum encontrá-los a grandes distâncias das obras. No caso das obras



do PROCAV o orçamento realizado quando da execução dos projetos subestimou a distancia a ser percorrida até o “bota-fora” e não previu a cobrança pela disposição do material. Este fato contribuiu para que as obras em todos os córregos gerassem aditivos consideráveis sobre o preço contratual.

Por outro lado, a legislação brasileira permite a licitação de obras a partir de projetos básicos. Isto tem levado mutuários a adotarem este procedimento com o intuito de reduzir o prazo de contratação das obras. Ocorre que o limitado nível de detalhamento proporcionado pelo projeto básico tem ocasionado o não cumprimento dos cronogramas físico / financeiro inicialmente previstos para as obras e aumento de custos. Esta ter sido uma lição aprendida também em outras operações, de modo que o Banco já ter incorporado uma exigência de que se disponha de projetos básicos “em nível de executivo” para autorizar a licitação das obras, como é o caso do projeto BR-0397, Drenagem Urbano de Belo Horizonte.

Também, a inexistência de contrato específico para apoio às ações de desapropriação como: topografia, execução de planta de locação e descrição do imóvel, levantamento em cartório de registro de imóveis para identificação de proprietário, demolição, transporte e guarda temporal de bens e utensílios, execução de obras em caso de necessidade de adequação do imóvel devido a desapropriação parcial, dentre outras, contribuíram ao atraso na execução do Projeto.

Porém, cabe destacar o compromisso e esforço das diferentes administrações municipais e o apoio da população durante toda a fase de implantação do Projeto. O trabalho social desenvolvido e a motivação das famílias reassentadas com a nova residência serviram de estímulo a todos os envolvidos na implantação do Projeto e amenizaram a demora na sua execução.

b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)

O longo prazo de execução favoreceu a rotatividade dos membros da unidade executora; porém, a alta qualidade técnica dos profissionais envolvidos e o permanente apoio da firma gerenciadora durante a maior parte da execução do Projeto, asseguraram sua continuidade e boa execução.

O contrato com a empresa gerenciadora não previu cláusula de incentivo para o cumprimento do cronograma de implementação do Projeto (pagamento contra resultados). Caso se deseje incluir este tipo de disposições, deve ter-se presente que na maioria das vezes, os atrasos estão fora do controle da gerenciadora.

c. Desenvolvimento do Banco

Desempenho do Banco			
<input checked="" type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)

Esta classificação está baseada na opinião do órgão executor (Vide Anexo 3).

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

- A Prefeitura deverá estar preparada para realizar a manutenção e limpeza dos córregos canalizados e reservatórios, alocando equipes e os devidos recursos orçamentários e financeiros para este fim. Considerando o elevado grau de contaminação do material depositado nos reservatórios, a limpeza deverá ser realizada de modo a impedir a liberação de odores desagradáveis e a proliferação de vetores.
- A Prefeitura deverá juntamente com a concessionária de saneamento básico enviaar esforços para eliminar o lançamento de esgoto em galerias de água pluvial ou diretamente nos córregos atendidos pelos PROCAV I e II.
- A manutenção, limpeza e vigilância são fundamentais para garantir que as áreas verdes sejam utilizadas pela comunidade. A ausência desses serviços poderá causar a depredação dos parques e praças, transformando-os em locais de risco para transeuntes e membros da comunidade. A preservação da motivação atualmente encontrada nas comunidades afetadas pelo Programa somente será mantida se encontrar na PMSP o respaldo e interesse em manter as obras em bom estado de conservação.



- É necessária a continuidade dos programas de apoio social às famílias beneficiadas, visando desenvolver o conceito de cidadania, com destaque para os direitos, deveres e obrigações reservadas aqueles residentes em condomínios.
- Incluir nos conjuntos habitacionais áreas para desenvolvimento de atividades comerciais de pequeno porte (ex. salão de beleza, armazém, quitanda, etc) de forma a proporcionar oportunidade de emprego e renda aos reassentados e acesso a serviços para os residentes. Essas áreas deverão ser entregues exclusivamente aos moradores beneficiados, a partir de processo de seleção conduzido pela área social da Prefeitura.
- A integração dos conjuntos habitacionais à cidade formal deverá ocorrer no menor espaço de tempo possível. Para isso, se devem estudar alternativas para, quando da transferência dos reassentados, implantar serviços como linha de ônibus regular, segurança, etc.
- As famílias reassentadas deverão ser acompanhadas e apoiadas por programas da área social da Prefeitura de forma a consolidar a organização dos condomínios e evitar a inadimplência e a degradação física das instalações. As ações sociais desenvolvidas após a entrega das unidades habitacionais devem buscar a introdução de redes de proteção social promovendo a mobilização, sensibilização e envolvimento das famílias na manutenção e preservação dos espaços comuns e das áreas privativas.
- Todas as unidades habitacionais coletivas a serem financiadas com recursos do Projeto devem contar com medição individualizada de água, energia e gás, conforme padrão estabelecido pelos prestadores dos serviços, de forma a regular os consumos e principalmente, permitir a emissão de contas individuais para cada unidade habitacional.
- O beneficiário pela construção de "piscinões" não se localiza em sua área lindeira, deste modo, visando evitar reações contrárias a sua implantação, é recomendável a adoção de medidas mitigadoras para reduzir os impactos negativos que essas unidades possam vir a causar, tais como: eliminação do lançamento de esgoto bruto em galerias de água pluvial, melhoria do serviço de coleta de lixo, limpeza regular do "piscinão" e a implantação de áreas verdes ao seu redor.

b. Riscos Potenciais

- Recursos Orçamentários e Financeiros: Capacidade do município em alocar anualmente recursos suficientes para realizar as atividades de manutenção necessárias às obras executadas pelo Projeto.
- Estabilidade econômica e política do País: Existem boas perspectivas para o crescimento econômico e estabilidade do País.
- Compromisso das autoridades municipais: A ativa gestão das próximas administrações municipais será fundamental na preservação dos benefícios conquistados pelo Projeto.
- Desenvolvimento Social das Comunidades: Conscientização da comunidade da importância da preservação das áreas e bens públicos e das áreas comuns dos condomínios.
- Conta de Água Individual: A emissão de conta de água não individualizada por parte da concessionária de saneamento nos condomínios verticais integrantes do Projeto pode gerar atritos entre as famílias beneficiadas.
- Inadimplência e Degradação: Aumento da inadimplência e transferência irregular do imóvel associado à deterioração das condições físicas dos conjuntos pelo furto de equipamentos de segurança, depredação das instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, lixeiras abarrotadas e a construção de garagens e "puxadinhos" irregulares.

c. Capacidade Institucional

Classificação de Sustentabilidade (SU) :

<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
--	--	--	---

A PMSP apresenta as condições necessárias para assegurar a sustentabilidade das obras integrantes do PROCAV II, sendo entretanto necessário garantir a alocação anual de recursos orçamentários e financeiros para esta finalidade. Atualmente a manutenção realizada nos córregos canalizados do PROCAV I e II atende aos requisitos técnicos, tendo sido regularmente cumprida a Cláusula 4.05 do contrato de empréstimo que se refere a este assunto. Os procedimentos para a limpeza e recuperação dos reservatórios deverão ser incluídos no plano de manutenção das obras.



Criado pela PMSP em maio de 2005 o Programa 3Rs – Regularização, Recuperação de Créditos e Revitalização – tem como objetivo desenvolver ações sócias com as famílias reassentadas em conjuntos habitacionais construídos no âmbito dos Programas PROVER, PROCAV, Guarapiranga. No período de doze meses o Programa 3Rs conseguiu elevar o índice de adimplência nos conjuntos do PROCAV de 36% para 53%.

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

Conforme a Cláusula 4.03 do contrato de empréstimo foram realizadas duas avaliações do processo de reassentamento das famílias beneficiadas pelo Projeto. A primeira avaliação ocorreu quando foram reassentadas as primeiras 1.500 famílias e a segunda, no período compreendido entre novembro/2003 e dezembro/2004. A segunda avaliação do processo de reassentamento foi objeto de análise por parte de uma consultora contratada pelo Banco (vide Anexo 6).

Quanto ao impacto do Projeto na diminuição das enchentes, no Anexo 7 se inclui uma tabela na qual se apresentam as ocorrências de transbordamentos dos principais rios e córregos da cidade de São Paulo, registrados pelo Centro de Gerenciamento de Emergências – CGE, nos períodos de chuvas dos últimos 5 anos, que mostram uma diminuição das enchentes, principalmente no córrego Pirajussara.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

- Não foi prevista no desenho original do Projeto a realização de avaliação ex-post.
- Conforme disposto na Cláusula 4.05 do contrato de empréstimo, a Prefeitura está obrigada a apresentar anualmente ao Banco o Plano de Manutenção dos córregos canalizados no âmbito do PROCAV I e II. Até o momento esta cláusula tem sido devidamente atendida.
- A prefeitura continuará desenvolvendo ações sociais com as famílias reassentadas e em favelas urbanizadas a partir do Programa 3Rs.

VII. Lições Aprendidas

- Para Projetos em que o número de desapropriações seja significativo, é recomendável a alocação de recursos para o apoio e reforço das áreas jurídicas e de desapropriação do mutuário / órgão executor. O reforço institucional dessas áreas deve incluir a contratação de profissionais e de serviços específicos para ações de desapropriação. Também, deve ser criado instrumento que regulamente os procedimentos para abertura de processos administrativos visando a desapropriação de bens imóveis. Este instrumento não deverá permitir a abertura de ação de desapropriação sem a devida garantia da existência de recursos necessários para o pagamento da indenização. Aproveitando a nova norma sobre elegibilidade de gastos, é recomendável que as ações de desapropriação sejam financiadas com os recursos do empréstimo, para que não fiquem dependentes exclusivamente da disponibilidade da contrapartida local. Sempre que possível, deverá ser adotada opção por acordos amigáveis com os proprietários sendo fundamental que o valor da indenização se aproxime do valor de mercado do imóvel.
- O projeto básico e o respectivo orçamento da obra devem ser elaborados levando em consideração as peculiaridades e dificuldades de execução de obras de infra-estrutura em áreas urbanas densamente povoadas. Dependendo do volume de material a ser removido é recomendável que o orçamento leve em consideração a disposição final ou temporal do material removido em diferentes "bota-fora" a distâncias variáveis da obra. O orçamento deverá incluir ainda itens relativos ao pagamento do "bota-fora" e momento de transporte extraordinário. Alternativamente, o projeto executivo poderia contemplar uma área maior de desapropriação de forma possibilitar que a troca de solo, quando necessária, seja realizada em área da própria obra. Neste caso, entre a canalização e as vias paralelas seriam criados parques lineares.
- Durante a fase de desenho de Projeto, a capacidade de execução do órgão executor / mutuário deve ser cuidadosamente avaliada. Em Projetos de grande envergadura é recomendável a adoção da modalidade de implantação escalonada (CCLIP) a partir da definição de prioridades de intervenção. Somente seriam liberados recursos para as etapas seguintes após a comprovação do bom andamento das etapas anteriores.
- Priorizar a construção de conjuntos habitacionais de pequeno porte - máximo 150 unidades habitacionais - no intuito de facilitar a boa convivência entre os moradores e evitar grandes concentrações na demanda por infra-estrutura, bens e serviços. Implantar equipamentos urbanos como postos de saúde, escolas, áreas de lazer, iluminação pública, etc., concomitantemente com a construção das unidades habitacionais. Implantar conjuntos habitacionais em áreas com situação fundiária regularizada de modo a possibilitar a transferência do imóvel ao reassentado, cumpridas as exigências formais para tal fim.



Anexos:

1. Quadro Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento (Planejado e Atual).
2. Ata do Seminário de Encerramento.
3. Avaliação do Mutuário.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE MICRODRENAGEM - PROCAV II
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID N° 000C-BR

Quadro Comparativo dos Custos Iniciais Previstos no Projeto e o Custo Final em 10/12/2007.

MOEDA - US\$																											
CATEGORIAS	VALOR CONTRATUAL INICIAL (10/01/1995)				VALOR CONTRATUAL REPACTUADO 22.12.2000) CBR 5538-00 (VALOR CONTRATUAL REPACTUADO CBR 2780-04 (14.06.2004)				VALOR CONTRATUAL C/REMANEJAMENTO NAS CATEGORIAS DE INVERSÕES 14.09.2006 - CBR - 4587/2006				VALOR CONTRATUAL C/REMANEJAMENTO NAS CATEGORIAS DE INVERSÕES P/ ENCERRAMENTO DO CONTRATO - 01.01.2007 - CBR 00/2007				EFETIVAMENTE EXECUTADO 10/12/2007) (VARIÁÇÕES			
	BID - DÍVISA\$	BID - LOCAL	PMSP - CONTRLOCAL	TOTAL	BID - DÍVISA\$	BID - LOCAL	PMSP - CONTRLOCAL	TOTAL	BID - DÍVISA\$	BID - LOCAL	PMSP - CONTRLOCAL	TOTAL	BID - DÍVISA\$	BID - LOCAL	PMSP - CONTRLOCAL	TOTAL	BID - DÍVISA\$	BID - LOCAL	PMSP - CONTRLOCAL	TOTAL	BID	PMSP	TOTAL	CONTRATUAL (8) - (6-2)	% CONTRATUAL X ATUALIZADO (19 - (82)	EXECUTADO CONTRATUAL (10) - (7-6)	% EXECUTADO X ATUALIZADO (11) - (75)
(1)	(2)				(3)				(4)				(5)				(6)				(7)						
I - Engenharia e Administração	5,750,000.00	0.00	22,650,000.00	28,400,000.00	8,350,000.00	0.00	42,500,000.00	50,850,000.00	8,350,000.00	0.00	48,156,000.00	56,506,000.00	8,062,461.56	0.00	46,124,000.00	54,186,461.56	8,062,461.56	0.00	46,124,000.00	54,186,461.56	8,062,461.56	49,635,478.76	57,697,940.32	25,796,461.56	96.80%	3,511,478.76	196.48%
Estudos e Projeto	0.00	0.00	10,650,000.00	10,650,000.00	0.00	0.00	5,500,000.00	5,500,000.00	0.00	0.00	5,700,000.00	5,700,000.00	0.00	0.00	5,750,000.00	5,750,000.00	0.00	0.00	5,750,000.00	5,750,000.00	0.00	5,890,413.33	5,836,413.33	4,694,000.00	-45.65%	-57,588.67	99.08%
Administração e Supervisão	5,750,000.00	0.00	12,000,000.00	17,750,000.00	8,350,000.00	0.00	37,000,000.00	45,350,000.00	8,350,000.00	0.00	42,456,000.00	50,806,000.00	8,062,461.56	0.00	40,396,000.00	48,430,461.56	8,062,461.56	0.00	40,396,000.00	48,430,461.56	8,062,461.56	43,937,065.43	51,690,528.69	30,890,461.56	172.89%	3,698,065.43	187.37%
II - Custos Diretos	256,258,000.00	29,700,000.00	51,612,000.00	343,900,000.00	258,258,000.00	29,700,000.00	106,947,000.00	395,900,000.00	256,494,000.00	29,838,000.00	89,746,000.00	376,078,000.00	253,800,838.44	29,858,000.00	81,450,300.00	378,109,138.44	254,106,321.63	29,858,000.00	81,450,300.00	378,114,621.63	283,964,321.63	97,147,139.50	381,111,861.13	34,514,621.63	16.04%	2,696,839.50	196.71%
Canalização	171,748,000.00	3,872,000.00	38,730,000.00	215,748,000.00	234,748,000.00	8,672,000.00	66,718,000.00	273,168,000.00	217,694,000.00	12,036,000.00	56,718,000.00	289,348,000.00	216,218,231.13	14,503,025.88	63,788,000.00	291,503,257.07	216,218,231.13	14,533,025.88	63,788,000.00	291,609,257.07	280,721,257.07	92,816,332.69	283,137,589.79	79,348,257.07	36.48%	1,828,332.69	190.83%
Vias Públicas	84,608,000.00	3,510,000.00	10,494,000.00	98,612,000.00	54,509,000.00	9,910,000.00	46,484,000.00	109,913,000.00	39,636,000.00	8,494,000.00	31,818,000.00	77,230,000.00	37,682,637.31	8,893,692.94	29,398,400.00	74,911,676.16	37,688,060.63	8,930,362.84	29,498,400.00	75,211,659.34	48,718,693.34	29,386,908.81	76,036,563.15	-23,296,948.69	-23.85%	-898,908.81	101.16%
Mão-Obra	0.00	22,518,000.00	7,738,000.00	30,227,000.00	0.00	12,816,000.00	1,709,000.00	13,722,000.00	0.00	11,218,000.00	1,208,000.00	12,527,000.00	0.00	6,524,411.28	5,183,000.00	11,989,311.28	0.00	6,524,411.28	5,183,000.00	11,988,311.28	6,524,411.28	5,163,863.03	11,688,311.28	-18,638,888.72	-61.33%	0.00	100.00%
III - Custos Concorrentes	4,270,000.00	0.00	95,770,000.00	100,040,000.00	1,670,000.00	0.00	104,620,000.00	106,290,000.00	5,870,000.00	0.00	121,501,000.00	127,371,000.00	8,851,600.00	0.00	118,828,700.00	127,680,300.00	8,546,116.81	0.00	118,828,700.00	127,374,816.81	8,546,116.81	118,770,423.42	127,316,540.23	23,334,816.81	22.43%	-58,276.58	99.05%
Desapropriação	0.00	0.00	46,740,000.00	46,740,000.00	0.00	0.00	46,740,000.00	46,740,000.00	0.00	0.00	51,817,000.00	51,817,000.00	0.00	0.00	44,846,800.00	44,846,800.00	0.00	0.00	44,846,800.00	44,846,800.00	0.00	44,191,488.67	54,191,488.67	-1,695,200.00	-4.05%	-956,311.00	99.54%
Reassentamento de Famílias	4,270,000.00	0.00	47,330,000.00	51,600,000.00	1,970,000.00	0.00	62,160,000.00	63,950,000.00	5,870,000.00	0.00	84,184,000.00	73,054,000.00	8,851,600.00	0.00	69,338,400.00	78,193,000.00	8,546,116.81	0.00	69,338,400.00	77,884,516.81	8,546,116.81	99,961,823.67	76,137,857.78	25,294,516.81	96.94%	223,420.87	190.28%
Paralelismo e Escavação Ampliada	0.00	0.00	5,730,000.00	5,730,000.00	0.00	0.00	5,730,000.00	5,730,000.00	0.00	0.00	5,709,000.00	5,709,000.00	0.00	0.00	4,843,500.00	4,843,500.00	0.00	0.00	4,843,500.00	4,843,500.00	0.00	5,817,113.49	5,617,113.49	-1,636,500.00	-18.54%	-272,913.49	198.66%
IV - Custos Financeiros	2,722,000.00	300,000.00	61,638,000.00	67,660,000.00	2,722,000.00	300,000.00	65,288,000.00	68,310,000.00	1,285,100.00	102,000.00	65,288,000.00	66,735,100.00	1,285,100.00	142,000.00	65,288,000.00	66,715,100.00	1,285,100.00	142,000.00	65,288,000.00	66,715,100.00	1,285,100.00	125,958,223.91	127,385,323.91	944,000.00	-1.10%	60,679,223.91	190.94%
Juros	0.00	0.00	60,620,000.00	60,620,000.00	0.00	0.00	60,620,000.00	60,620,000.00	0.00	0.00	60,620,000.00	60,620,000.00	0.00	0.00	60,620,000.00	60,620,000.00	0.00	0.00	60,620,000.00	60,620,000.00	0.00	119,866,679.47	119,866,679.47	0.00	0.00%	59,240,679.47	197.72%
Comissão de Crédito	0.00	0.00	4,018,000.00	4,018,000.00	0.00	0.00	4,668,000.00	4,668,000.00	0.00	0.00	4,668,000.00	4,668,000.00	0.00	0.00	4,668,000.00	4,668,000.00	0.00	0.00	4,668,000.00	4,668,000.00	0.00	6,897,553.44	6,897,553.44	656,000.00	16.18%	1,429,553.44	130.62%
F.T.V.	2,722,000.00	300,000.00	5,790,000.00	9,012,000.00	2,722,000.00	300,000.00	2,022,000.00	3,022,000.00	1,285,100.00	192,000.00	0.00	1,447,100.00	1,265,100.00	142,000.00	1,427,100.00	1,265,100.00	142,000.00	1,427,100.00	1,265,100.00	142,000.00	1,427,100.00	0.00	1,427,100.00	-1,694,000.00	-52.79%	0.00	190.00%
TOTALS	272,000,000.00	30,960,000.00	242,000,000.00	544,000,000.00	272,000,000.00	30,960,000.00	319,358,000.00	621,358,000.00	272,000,000.00	30,960,000.00	324,691,000.00	626,691,000.00	272,000,000.00	30,960,000.00	324,691,000.00	626,691,000.00	272,000,000.00	30,960,000.00	324,691,000.00	626,691,000.00	302,006,000.00	301,511,265.50	663,511,265.50	82,691,000.00	15.20%	66,828,265.50	116.66%

NOTA: Este quadro demonstra os investimentos realizados no Programa em sua totalidade, sendo que o valor excedente de US\$ 63,626,265.50 não foi apresentado ao BID.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE MICRODRENAGEM / PROCAV II
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID Nº 849/OC-BR

Quadro Comparativo dos Custos Iniciais Previstos no Projeto e o Custo Final em 10.01.2007.

MOEDA - US\$

CATEGORIAS	VALOR CONTRATUAL INICIAL (10.01.1995)				Executado				VARIAÇÕES
	BID - DIVISAS	BID - LOCAL	PMSP	TOTAL	BID - DIVISAS	BID - LOCAL	PMSP	TOTAL	%
I - Engenharia e Administração	5.750.000,00	0	22.650,000	28.400,000	8.062,462	0	49.635,479	57.697,941	103%
Estudos e Projetos	0,00	0	10,650,000	10,650,000	0	0	5,698,413	5,698,413	-46%
Administração e Supervisão	5,750,000,00	0	12,000,000	17,750,000	8,062,462	0	43,937,065	51,999,527	193%
II - Custos Diretos	259,258,000,00	29,700,000	54,942,000	343,900,000	254,106,322	29,858,000	97,147,140	381,111,461	11%
Canalização	174,749,000,00	3,672,000	36,739,000	215,160,000	216,218,231	14,503,026	62,616,333	293,337,590	36%
Vias Públicas	84,509,000,00	3,510,000	10,494,000	98,513,000	37,888,091	8,830,563	29,366,907	76,085,560	-23%
Meio Ambiente	0,00	22,518,000	7,709,000	30,227,000	0	6,524,411	5,163,900	11,688,311	-61%
III - Custos Concorrentes	4,270,000,00	0	99,770,000	104,040,000	8,546,117	0	118,770,423	127,316,540	22%
Desapropriação	0,00	0	46,740,000	46,740,000	0	0	44,191,489	44,191,489	-5%
Reassentamento de Famílias	4,270,000,00	0	47,330,000	51,600,000	8,546,117	0	69,561,821	78,107,938	51%
Fortal. Instit. e Educação Ambiental	0,00	0	5,700,000	5,700,000	0	0	5,017,113	5,017,113	-12%
IV - Custos Financeiros	2,722,000,00	300,000	64,638,000	67,660,000	1,285,100	142,000	125,958,224	127,385,324	88%
Juros	0,00	0	60,620,000	60,620,000	0		119,860,670	119,860,670	98%
Comissão de Crédito	0,00	0	4,018,000	4,018,000	0		6,097,553	6,097,553	52%
F.I.V.	2,722,000,00	300,000		3,022,000	1,285,100	142,000	0	1,427,100	-53%
TOTAIS	272,000,000,00	30,000,000	242,000,000	544,000,000	272,000,000	30,000,000	391,511,266	693,511,266	22%

Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras

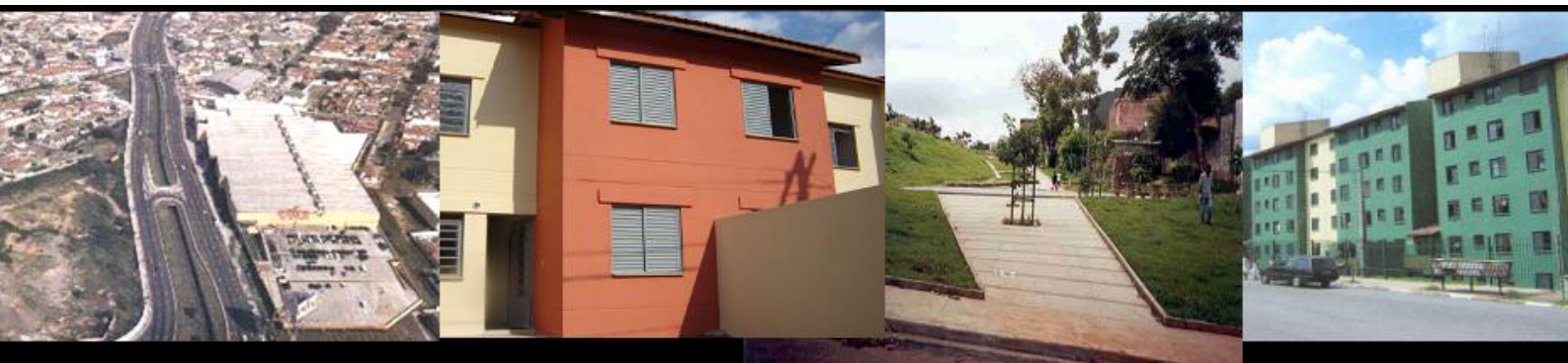
RELATÓRIO DE TÉRMINO DE PROJETO

GEPROCAV

Coordenador: Secretario de Infra-Estrutura Urbana e Obras
Sr. Marcelo Cardinale Branco
Secretario Executivo: João Leopoldo Wernek de Camargo

São Paulo

Abril de 2007



A. Considerações Iniciais

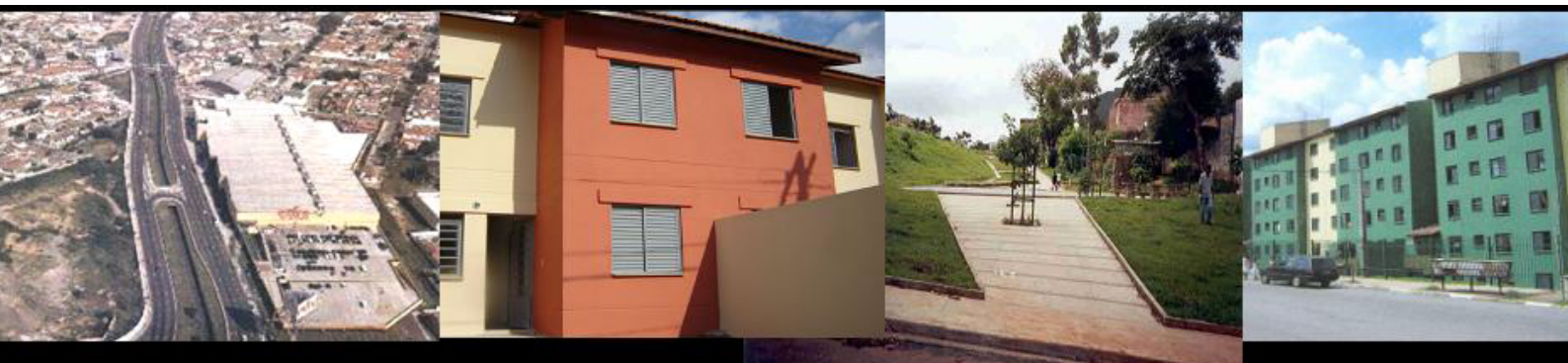
1. Introdução

O município de São Paulo, em sua gigantesca extensão urbana, depara-se com problemas complexos decorrentes do excessivo crescimento populacional.

As conseqüências deste crescimento, em grande medida não planejado, são visíveis e claras para a população em geral, que acaba por conviver diariamente com problemas de inundações provenientes da ocupação das margens dos córregos por populações menos favorecidas, em grande medida de baixo nível de escolaridade e reduzido poder aquisitivo.

A ocupação indevida destes fundos de vale favorece o lançamento e a deposição de resíduos sólidos e sedimentos, com conseqüente assoreamento dos rios e o comprometimento da qualidade da água, agravado drasticamente pelo lançamento de esgoto “*in natura*”.

Neste contexto, a Prefeitura da Cidade de São Paulo desenvolveu vários projetos a fim de amenizar e reverter esta situação de degradação ambiental. A segunda fase do PROCAV – Programa de canalização de córregos, implantação de vias e de recuperação ambiental e social de fundos de vale – empenhou-se em agregar em um só Programa a melhoria das condições de vida



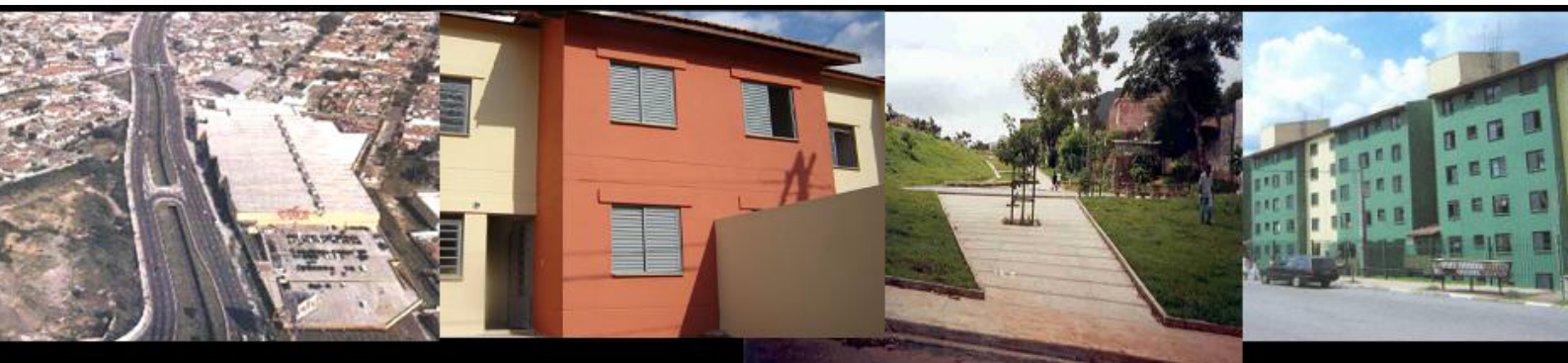
e salubridade das populações residentes em fundos de vale das sub-bacias mais críticas da Capital, através de ações de canalização e drenagem de córregos, pavimentação de vias públicas e acessibilidade, saneamento, habitação e recuperação de espaços urbanos, associados à aplicação de projetos de educação ambiental e fortalecimento institucional.

Para implementação de Programa com tamanha amplitude demandava a disponibilidade de vultosos recursos financeiros não disponíveis para o prazo almejado, impondo a necessidade de captação de fundos complementares.

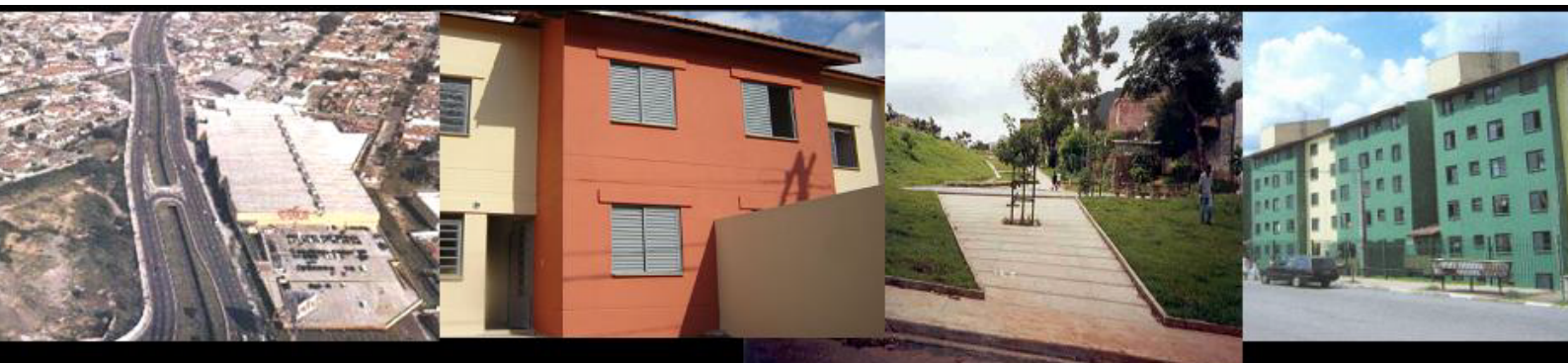
Para atender a tal necessidade, a Prefeitura desenvolveu estudos técnicos e de viabilidade econômica, financeira e social, apresentando-os ao BID. Após análises técnicas pelo Banco, foi firmado junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – um contrato de empréstimo, no qual o Banco financiou 55,5% dos investimentos do projeto. Foram determinados objetivos, traçadas as metas e houve, ainda, um acompanhamento de consultores do BID para uma melhor gestão do PROCAV II em todos os seus componentes, a saber:

- Canalizações e vias
- Reassentamento de famílias
- Urbanização de favelas
- Meio Ambiente
- Fortalecimento institucional

O Programa, previsto para durar inicialmente entre 4 e 5 anos, teve subestimada sua complexidade e acabou por durar 12 anos.



A envergadura do Programa, a abrangência das ações empreendidas e os resultados alcançados, resultantes dos objetivos pactuados e suas revisões, demandaram que as lições aprendidas e os fatores negativos e positivos fossem analisados em seminário realizado dias 02 e 03 de abril de 2007.



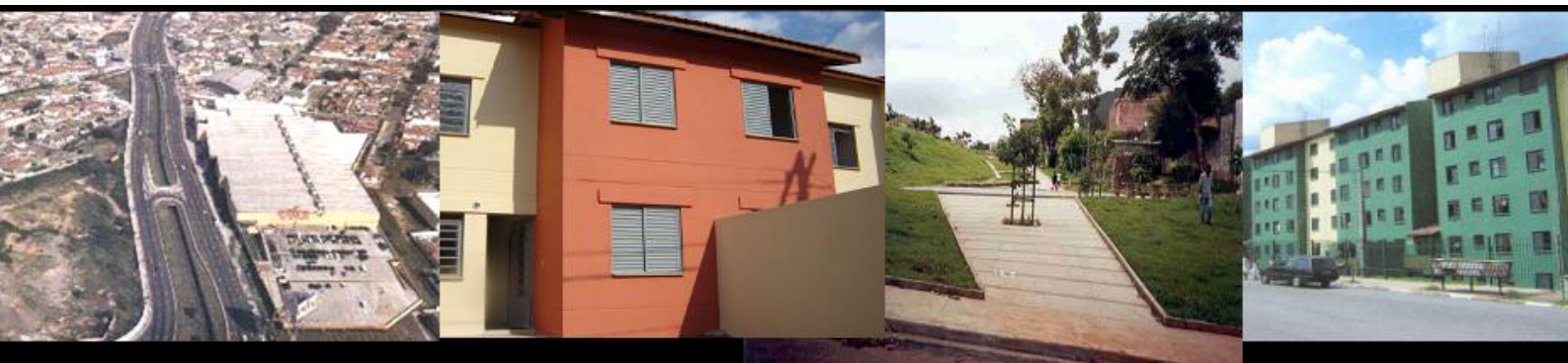
2. Contextualização

Em 10 de janeiro de 1995, a Prefeitura Municipal de São Paulo celebrou junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento um contrato de empréstimo objetivando cooperação na execução de um projeto de microdrenagem para o município de São Paulo.

Segundo o contrato, o objetivo principal do Projeto é o melhoramento da qualidade de vida e das condições de salubridade dos moradores dos fundos de vale das sub-bacias mais críticas da capital paulistana através da continuação do PROCAV I, Programa de canalização de córregos e obras conexas de vias e habitações.

As ações do Programa PROCAV II abrangiam:

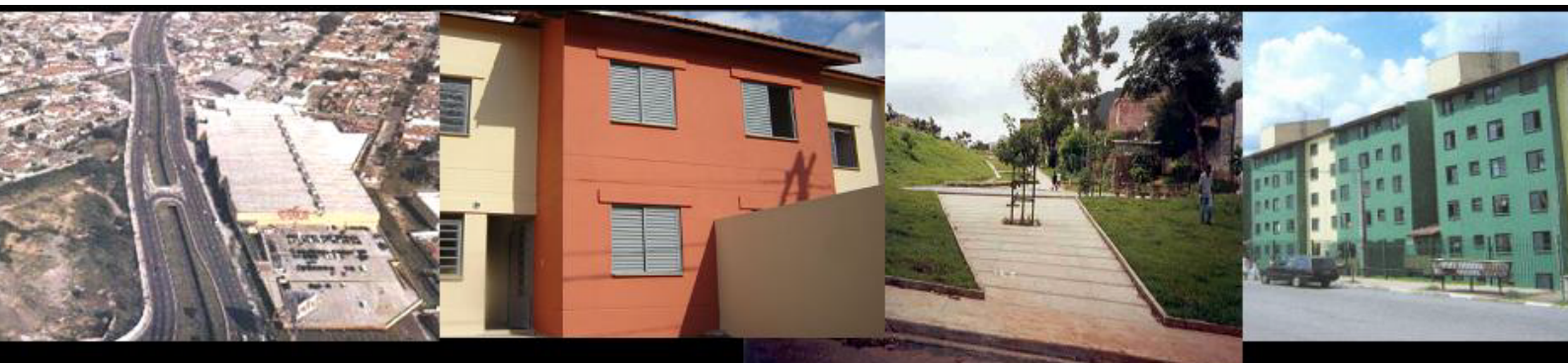
- Diminuição dos problemas que provocavam inundações freqüentes ao longo dos córregos, mediante o aumento de sua capacidade hidráulica como resultado de sua canalização;
- Redução dos riscos de deslizamentos que afetavam a estabilidade de edificações ou vias situadas nas margens dos córregos;
- Diminuição do volume de contaminação das águas fluviais mediante a remoção das favelas assentadas nas margens dos córregos em combinação com as obras de assentamento de coletor de esgoto domiciliar previstas no Plano Estadual de despoluição do Rio Tietê;



- Melhoria das condições sanitárias e habitacionais das famílias afetadas pelo Projeto, mediante sua transferência a habitações de melhor qualidade e urbanização das favelas cuja remoção não for necessária;
- Melhoria nas condições de transporte nos fundos de vale e de manutenção dos córregos canalizados;
- Coibição de novas invasões de terrenos baldios e redução dos processos de erosão e sedimentação, mediante a criação e proteção de áreas verdes.

Neste âmbito, o Programa, que é composto por diversas vertentes, inclui os seguintes componentes:

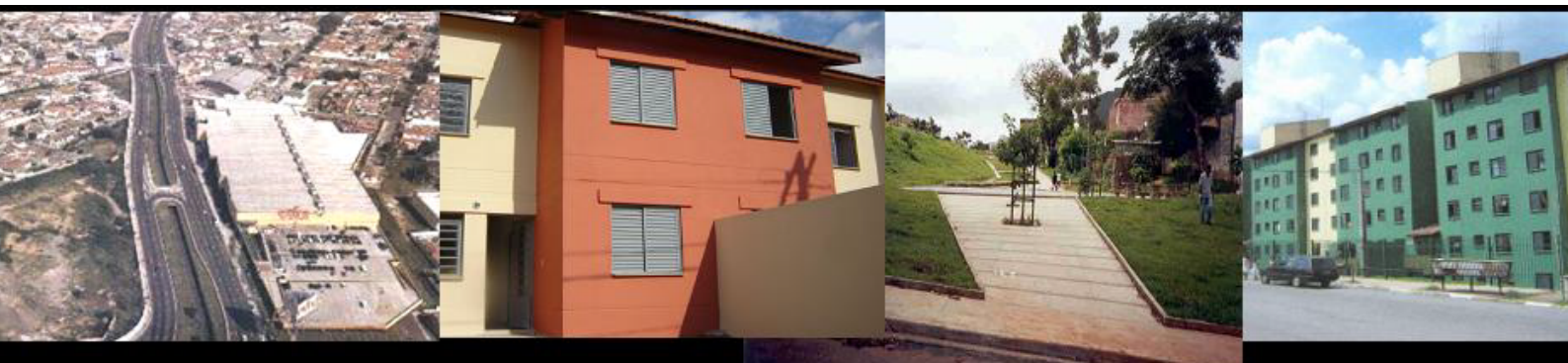
- Canalizações e vias → realizações de obras de canalização e construção de vias paralelas;
- Reassentamento → transferência de famílias a conjuntos residenciais com realização de obras de infra-estrutura de apoio social necessárias às áreas dos conjuntos residenciais;
- Urbanização de favelas → urbanização de favelas, cuja remoção de famílias não seja necessária;
- Meio ambiente → criação de áreas verdes e a proteção das atuais microbacias aos arredores das obras e execução de um plano de educação ambiental destinado à população afetada pelo Projeto;



- Fortalecimento institucional → criação de um banco de dados informatizado no Centro de Operações de Defesa Civil – CGE – para prever inundações e fortalecimento institucional da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, mediante a aquisição de bens, serviços e promoção de qualificação profissional dos agentes públicos.

No intuito de gerir o Programa em todas as suas dimensões, em 16 de fevereiro de 1987 foi instituído pelo Decreto n.º 23.440 o GEPROCAV - Grupo Executivo dos Programas de Canalização de Córregos, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale.

O GEPROCAV surgiu de um entendimento entre a Prefeitura e o BID, no sentido de instituir um órgão com maior autonomia dentro da Administração Pública, que apresentasse agilidade e capacidade técnica para agir com eficiência e eficácia na gestão das questões relacionadas às enchentes no município.



3. Objetivos

3.1. Geral

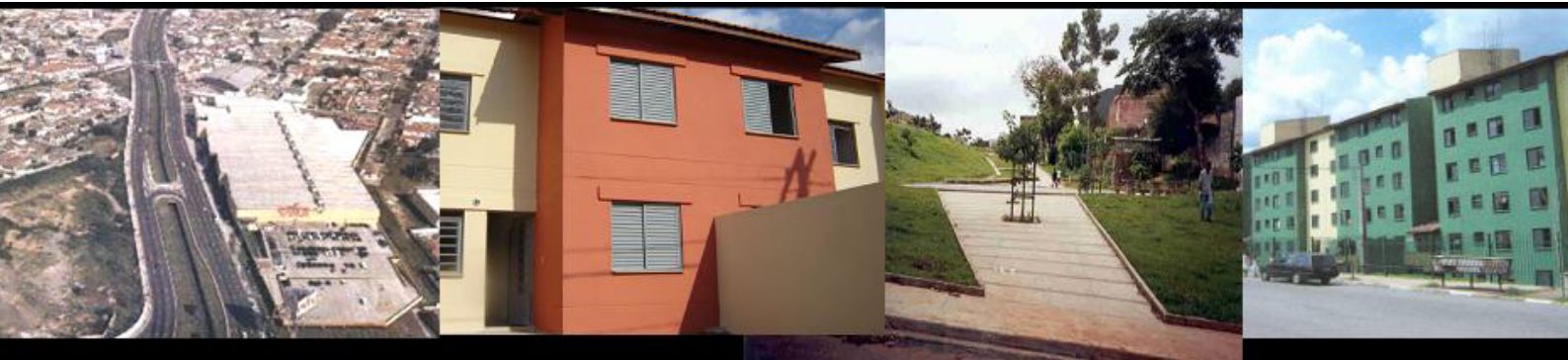
O objetivo geral do seminário e deste relatório é avaliar os aspectos principais do PROCAV II, com a finalidade de analisar os resultados do Programa e, constituir base de informações que possam contribuir no aperfeiçoamento de futuros Programas que a Cidade venha a desenvolver, bem como aqueles que o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento venha a financiar por todo território nacional e América em geral.

3.2. Específicos

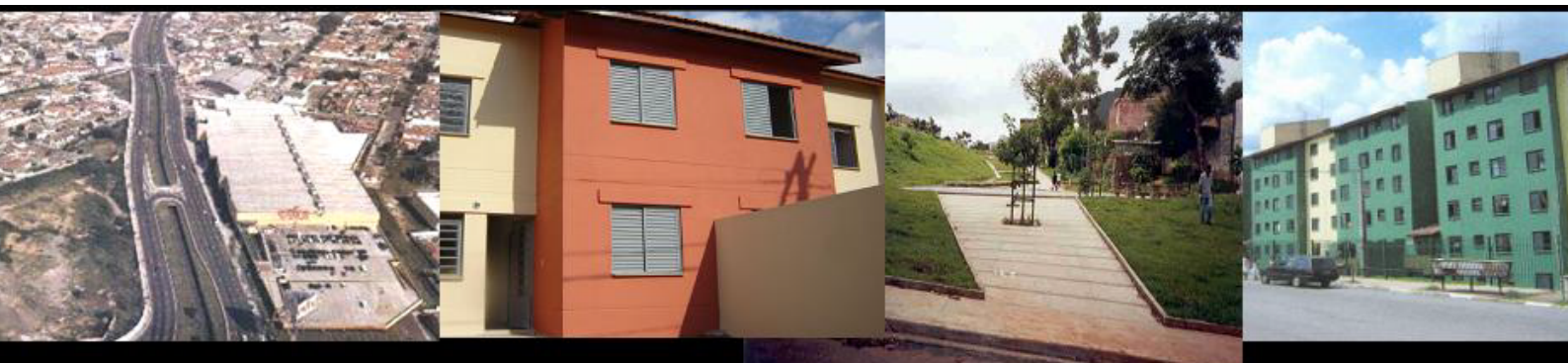
Os objetivos principais que norteiam a avaliação dos resultados obtidos pelo Programa e de sua sustentabilidade é identificar, registrando, as lições aprendidas.

Os objetivos específicos referem-se à avaliação e resposta a 5 (cinco) perguntas chaves, não sendo necessário o consenso em todos os pontos, mas registrar as diversas opiniões. São as perguntas:

- O que funcionou bem no componente?



- O que não funcionou bem?
- Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que se precisa?
- O que falta fazer (se houver)?
- Quais as principais lições aprendidas?

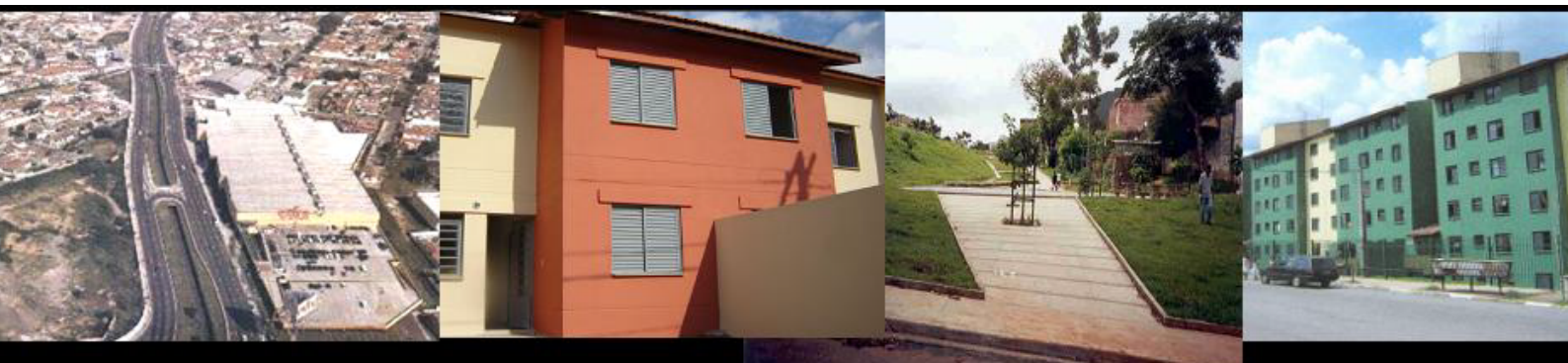


4. Justificativa

Após alteração no sistema de avaliação de programas financiados pelo BID para uma análise baseada na “auto-avaliação”, foi instituído pelo Banco o PCR - *Project Completion Report* (Relatório de Término de Projeto).

Assim, todas operações e cooperação técnica financiadas pelo BID passaram a utilizar como método de avaliação o PCR , o qual é composto de um Seminário de Terminação do Projeto, com participação do executor e co-executores, do mutuário, dos beneficiários e do Banco, visando uma avaliação mais participativa e apropriação dos resultados alcançados.

O objetivo do Seminário é avaliar resultados, identificar as tarefas pendentes para garantir a sustentabilidade dos impactos, efeitos, produtos e ações iniciadas pelo projeto, e tomar as medidas para registrar e medir os benefícios futuros.

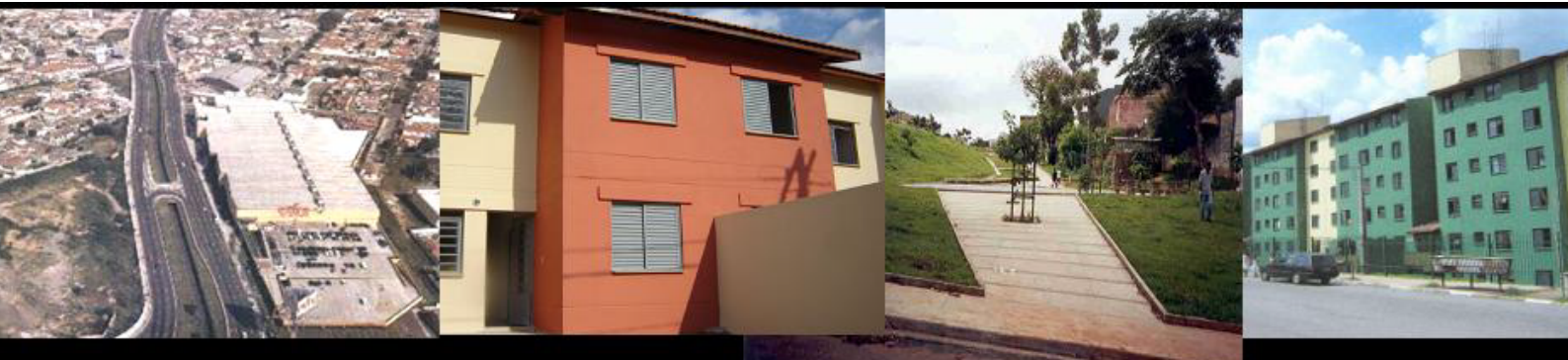


5. Metodologia

5.1. Dinâmica de grupo

5.1.1. *Reassentamento e Urbanização*

- Reunião interna (Habi) com técnicos da equipe social para definição dos aspectos que seriam avaliados pela população;
- Reuniões com a população nas áreas de intervenção com o objetivo de colher depoimentos e as opiniões que retratassem a visão desses sobre o Programa e, solicitar a indicação de 2 (dois) participantes de cada área para participarem do Seminário;
- Aplicação de questionários com o objetivo de focar os diferentes aspectos do reassentamento e urbanização;
- Posteriormente à aplicação dos questionários, os presentes justificavam oralmente suas respostas, dando seus depoimentos e opiniões. Esta parte foi filmada e posteriormente editada em DVD com entrevistas e filmagens dos locais onde as famílias que foram beneficiadas pelo Programa residem atualmente;

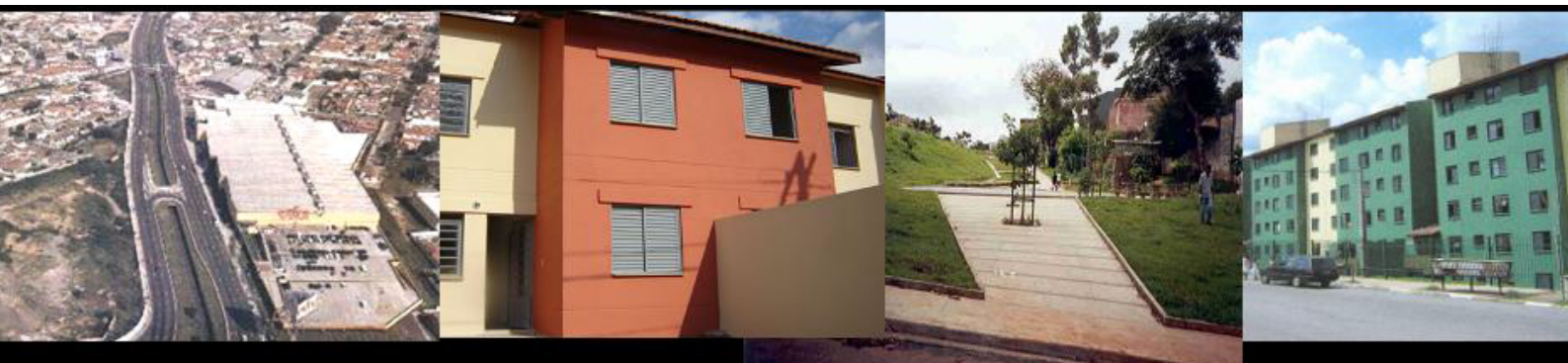


- Os convites aos moradores dos empreendimentos correspondiam a 5% das famílias reassentadas, considerando a diversificação de origem, de tempo de moradia e de localização no Conjunto Habitacional;
- Nas áreas de urbanização foram convidados 25 moradores;
- Somente não houve dinâmica na área de Santo Eduardo, pois o empreendimento não havia sido entregue até o momento do Seminário e os moradores não haviam participado ainda de todo o processo da urbanização.

5.1.2. *Demais componentes ou temas*

Durante o mês que antecedeu o evento foram desenvolvidas atividades de preparação baseados em dinâmicas de grupos que viriam a constituir os núcleos básicos de cada um dos módulos de debate.

Das diversas reuniões, uma sobre cada tema foi realizada com a colaboração de consultor do Banco.



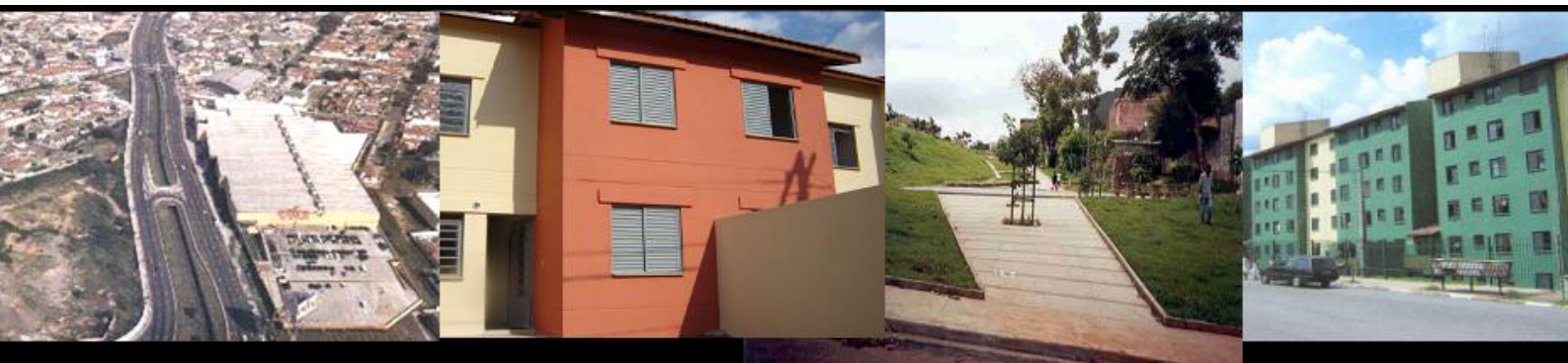
5.2. Seminário

No primeiro momento de instalação do Evento, os objetivos do Seminário foram introduzidos aos participantes – cerca de 70 pessoas, todas ligadas diretamente ao PROCAV II – através de uma apresentação geral do Programa. Após a introdução, os integrantes dos grupos foram direcionados para as salas de trabalho, onde iniciaram as atividades de avaliação.

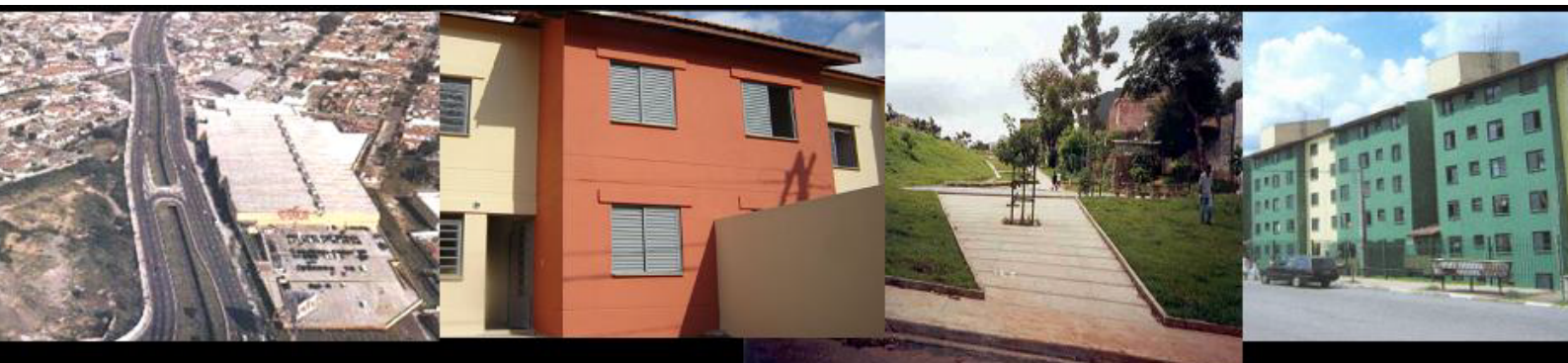
Organizados a partir da especificidade na atuação dentro do Programa, cada integrante foi fundamental na alimentação do grupo com informações que deram corpo e subsídio para o debate de idéias. Para dar ao grupo uma linha coerente para o seguimento do trabalho, o BID forneceu, como já foi mencionado, um roteiro de cinco questões que deveriam ser respondidas obrigatoriamente na apresentação das conclusões. São elas:

1. *O que funcionou bem no componente?*
2. *O que não funcionou bem?*
3. *Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que se precisa?*
4. *O que falta fazer (se houver)?*
5. *Quais as principais lições aprendidas?*

Para otimizar o tempo e extrair de maneira objetiva o maior número de informações, primando sempre pela qualidade das mesmas, o primeiro dia de atividades foi totalmente voltado



para a exposição e discussão de dados, buscando propor soluções e sugestões ao final dele. Na primeira hora do segundo dia, os grupos dispuseram de toda a energia para sintetizar as informações e preparar, seguindo o roteiro de cinco perguntas supracitado, um painel de exposição, onde seria feita finalmente a avaliação geral do PROCAV II.



B. Síntese das conclusões apresentadas pelos grupos de trabalho

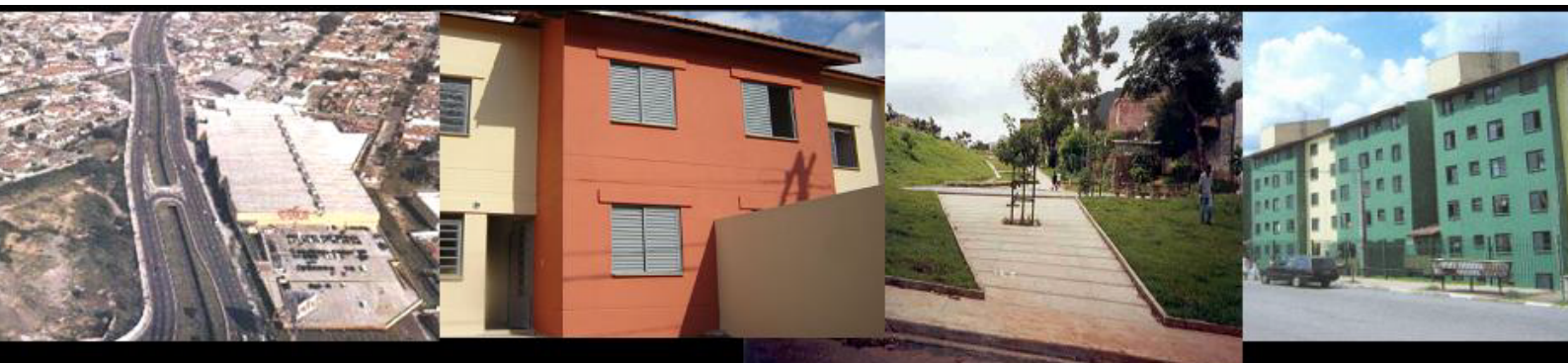
1. Urbanização e Reassentamento

Este grupo foi composto por assistentes sociais, técnicos, engenheiros, arquitetos e representantes da comunidade. Para embasamento na análise das questões sugeridas pelo Banco, foram inicialmente apresentados dados técnicos e fotos das unidades habitacionais tanto em áreas de reassentamento quanto em áreas de urbanização. Na sequência, foi apresentado o DVD que continha entrevistas realizadas com a população beneficiada pelo Programa, que forneceu mais subsídios para as conclusões.

1.1. Urbanização

1.1.1. O que funcionou bem no componente?

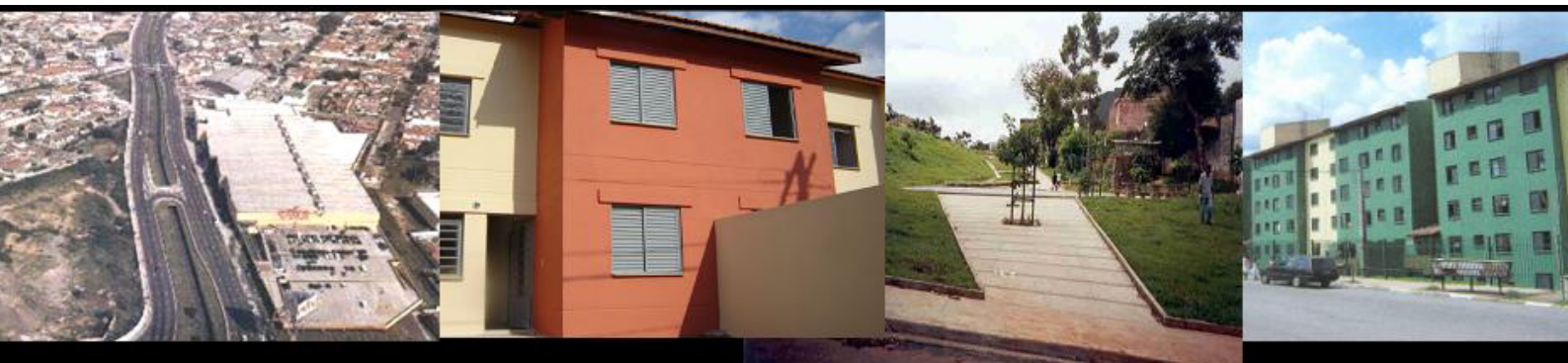
- Melhoria nas condições de habitabilidade, com a implantação de infra-estrutura básica, além da eliminação de áreas de risco e insalubridade;



- Relocação na própria área / não rompimento dos vínculos sociais;
- Alternativa de aluguel como moradia provisória;
- Pagamento de parte das taxas de água / luz pelos moradores desde a moradia provisória, antecipando os futuros encargos a serem assumidos;
- Participação da população no desenvolvimento do projeto urbanístico quanto à destinação de áreas (verdes, lazer) de forma a atender às suas expectativas e necessidades, sem ultrapassar limites referentes a legislações e normas técnicas, bem como o coeficiente de aproveitamento;
- Integração do núcleo habitacional à cidade formal, com os reflexos positivos na elevação da auto-estima dos moradores;
- Trabalho integrado entre equipe projeto e obras / social.

1.1.2. O que não funcionou bem no componente?

- Soluções de engenharia não convencionais para as moradias que permanecem no local (áreas remanescentes);
- Articulação das secretarias e concessionárias envolvidas para a implantação de serviços (iluminação pública, transporte coletivo e segurança pública), dentro do prazo compatível com o reassentamento das famílias;

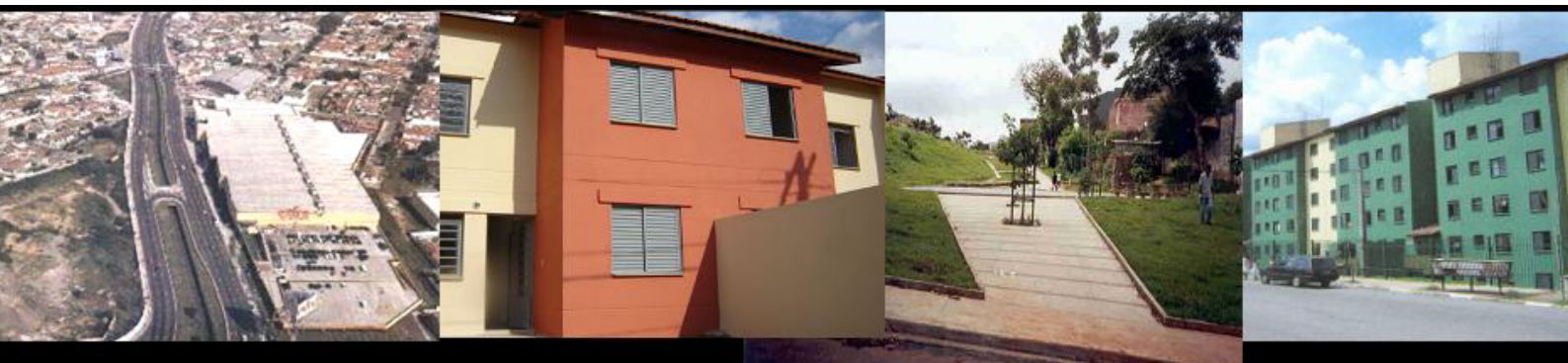


- Defasagem de tempo entre a elaboração do projeto de urbanização e a sua execução;
- Educação ambiental.

1.2. Reassentamento

1.2.1. *O que funcionou bem no componente?*

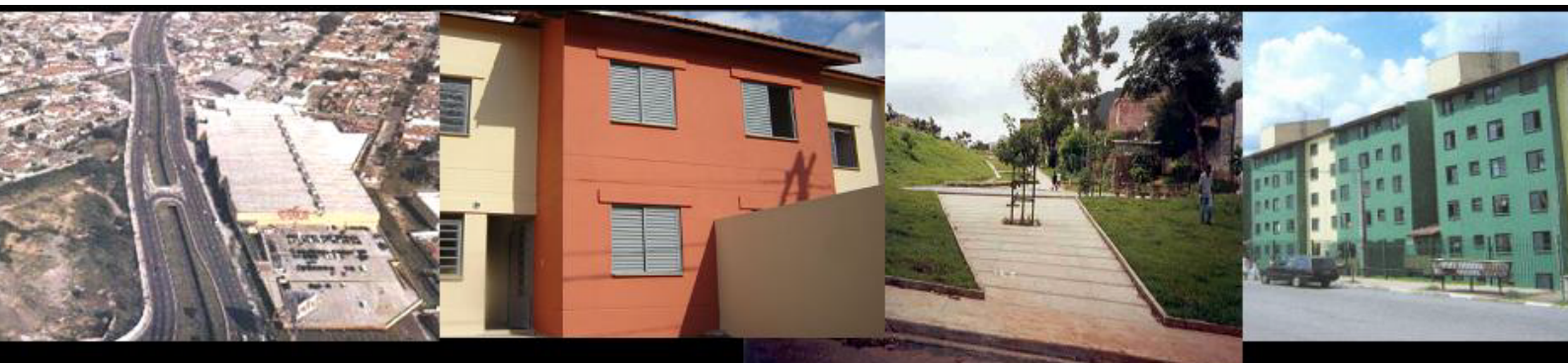
- Elaboração de um Plano Diretor de Reassentamento, que objetivava contribuir para uma solução habitacional, a mais definitiva possível, em Conjuntos Habitacionais ou na própria favela, desde que atingidos os critérios mínimos de urbanização para uma população sujeita a enchentes periódicas, com reflexos nas suas condições de vida, especialmente no que se refere à saúde;
- Constituição do Comitê Consultivo com representantes das comunidades afetadas pelas obras, favorecendo a participação da população no desenvolvimento do Programa;
- Utilização da alternativa “permuta” para famílias que não aceitaram ou não se enquadraram nos critérios de atendimento em unidade habitacional;
- Melhoria nas condições de habitabilidade no que se refere à dotação de infra-estrutura básica;



- Previsão de áreas para a implantação de equipamentos sociais (EMEI, EMEF, UBS e creche);
- Implantação de áreas de comércio (City Jaraguá), atendendo a duas necessidades:
 - acesso a comércio e serviços em um conjunto habitacional de grandes dimensões;
 - oferecer oportunidade de trabalho para as pessoas que já possuíam comércio em suas áreas de origem.
- Avaliações intermediárias e final.

1.2.2. O que não funcionou bem no componente?

- Articulação das secretarias e concessionárias envolvidas para a implantação de equipamentos sociais (EMEI, EMEF, etc.) e serviços (iluminação pública, transporte coletivo), dentro do prazo compatível com o início do reassentamento das famílias;
- Compatibilidade de cronogramas físico-financeiro entre as secretarias municipais responsáveis pela implantação do Programa;
- Distância dos empreendimentos em relação à área de origem;

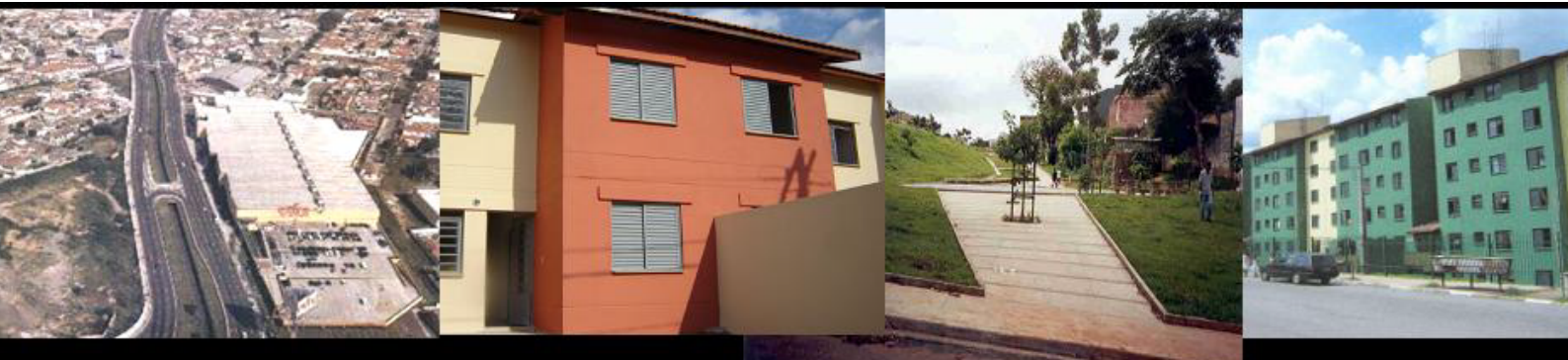


- Defasagem do tempo entre o arrolamento e as remoções / reassentamento, o que permitiu o adensamento da área, dificultando a efetivação da remoção além do descrédito quanto à execução do Programa;
- Ausência de equipamento comunitário de múltiplo uso para desenvolvimento de ações de integração comunitária;
- Educação ambiental;
- Incompatibilidade entre as diferentes faixas de renda familiar e a previsão dos custos com a moradia, dificultando a fixação das famílias no conjunto;
- Elevado número de edificações concentradas na mesma área, recebendo famílias de diferentes regiões, dificultando a organização, o convívio e a provisão de equipamentos sociais compatíveis com a demanda reassentada.

1.3. Reassentamento e Urbanização

1.3.1. Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado nos Conjuntos Habitacionais e nas áreas urbanizadas ?

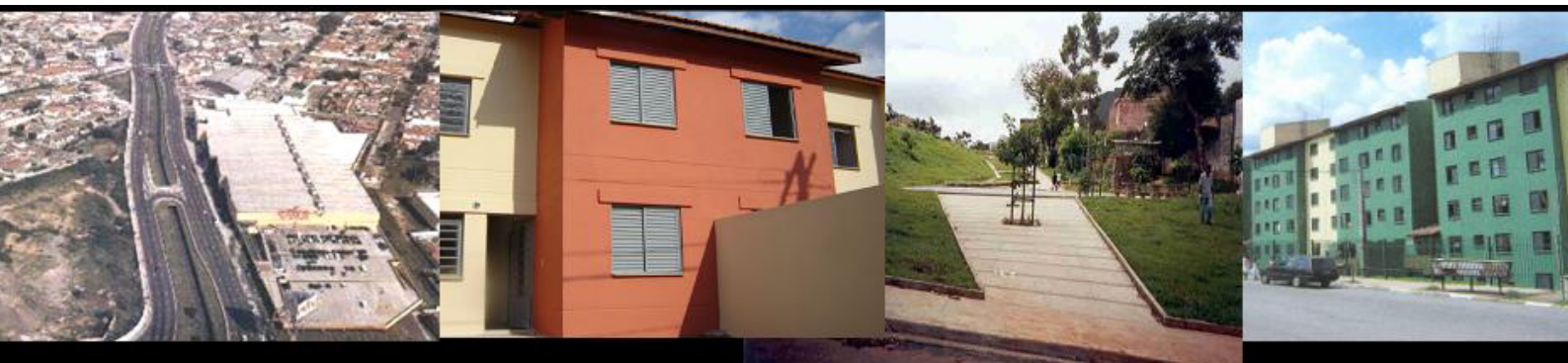
- Acompanhamento da equipe técnica no pós-urbanização e pós-ocupação, repassando para as demais Secretarias responsáveis, as demandas de serviços de responsabilidade de cada uma delas;



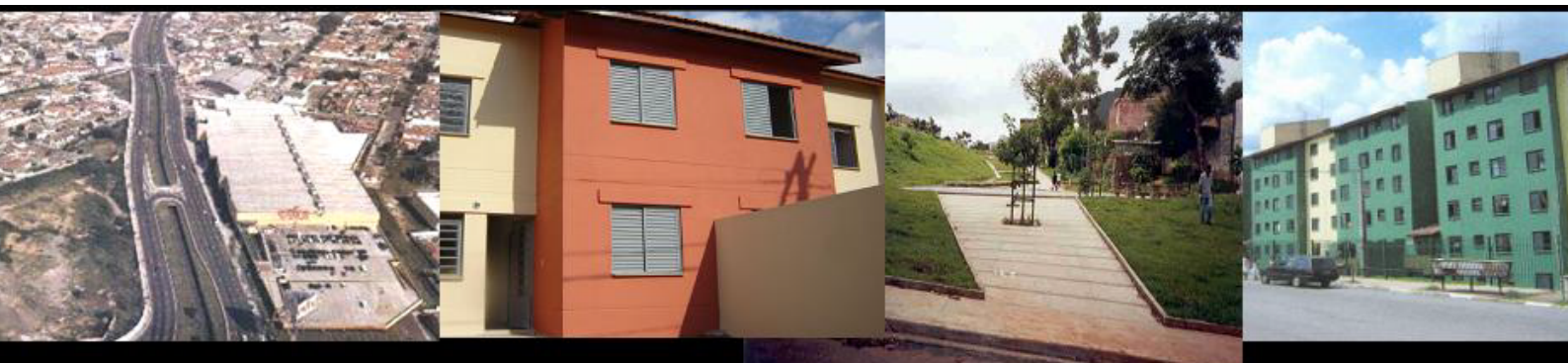
- Articulação dos programas sociais nas diferentes instâncias de Governo, desde o planejamento até o pós-urbanização e o pós-ocupação;
- Articulação das políticas sociais de proteção básica no acompanhamento de pós-ocupação;
- Regularização fundiária;
- Comercialização das unidades;
- Previsão de áreas para implantação de comércio e equipamento comunitário;
- Educação ambiental;
- Implantação de projetos de capacitação para o trabalho e de geração de renda;
- Individualização dos medidores e da leitura de água / gás, como fatores de economia e administração de conflitos.

1.3.2. Que lições foram aprendidas e, a partir dessas, o que merece ser incorporado em novos projetos?

- Criar mecanismos de acesso à moradia para as diversas faixas de renda;
- Manter a diretriz de “congelamento” das áreas de intervenção, porém quando necessário prever alternativas de atendimento de um excedente de famílias não cadastradas quando decorrido longo tempo do arrolamento até início da remoção / reassentamento;



- Desapropriação de áreas ao longo do córrego a ser canalizado, ou próximas às áreas de remoção de famílias, visando a implantação de pequenos conjuntos habitacionais (até 150 unidades habitacionais);
- Urbanização das áreas de favelas remanescentes, utilizando como modelo a proposta da urbanização da área Tietê (Vitotoma Mastrozoza);
- Instituir canais efetivos de participação e decisão dos órgãos envolvidos, desde o planejamento até a execução do Programa, incorporando os resultados das avaliações de maneira mais efetiva;

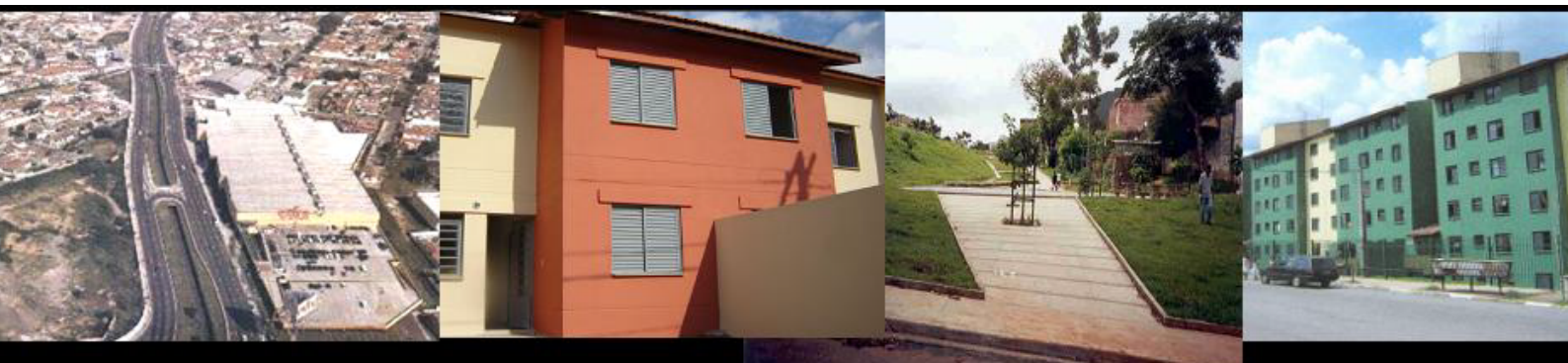


2. Canalizações, implantação de vias e desapropriação

O presente grupo foi composto pelas construtoras que participaram do processo de canalização dos córregos e da pavimentação das vias urbanas, da empresa gerenciadora do Programa, de representantes da Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras (SIURB) e da Secretaria de Negócios Jurídicos (SJ).

O grupo concluiu que foram inúmeros os benefícios do empreendimento, dentre os quais, destacam-se:

- Humanização do local com melhoria da qualidade de vida da comunidade;
- Desenvolvimento da região criando um pólo gerador de empregos com a consolidação das atividades econômicas existentes, instalação de novos comércios, bem como, a valorização dos imóveis;
- Recuperação e urbanização de áreas degradadas;
- Reassentamento da população moradora em habitação sub-normal;
- Realização dos objetivos propostos no Programa;
- Melhorias significativas no fluxo de tráfego de veículos e acessos às grandes avenidas adjacentes.



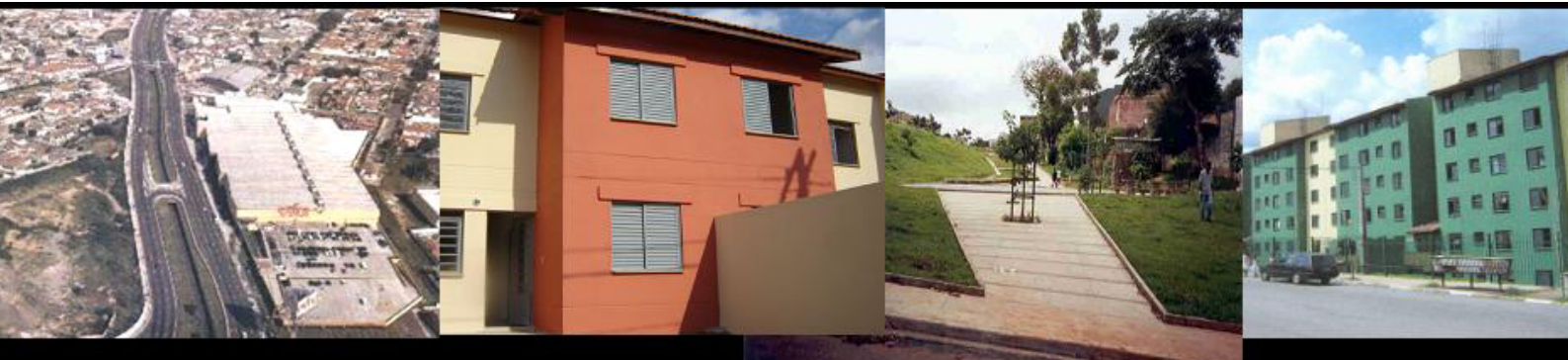
2.1. O que funcionou bem no componente?

- As realizações alcançadas em saneamento, drenagem, infra-estrutura viária atingiram os objetivos do Programa;
- A qualidade na execução das obras superou os padrões tradicionais.

2.2. O que não funcionou bem no componente?

- O Projeto Básico foi deficiente;
- A gestão financeira em desapropriações e reassentamentos;
- O planejamento integrado de algumas ações preliminares, como desapropriação, reassentamentos e remoção de interferências não acompanhou a realidade e a necessidade das obras.

2.3. Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que se precisa?



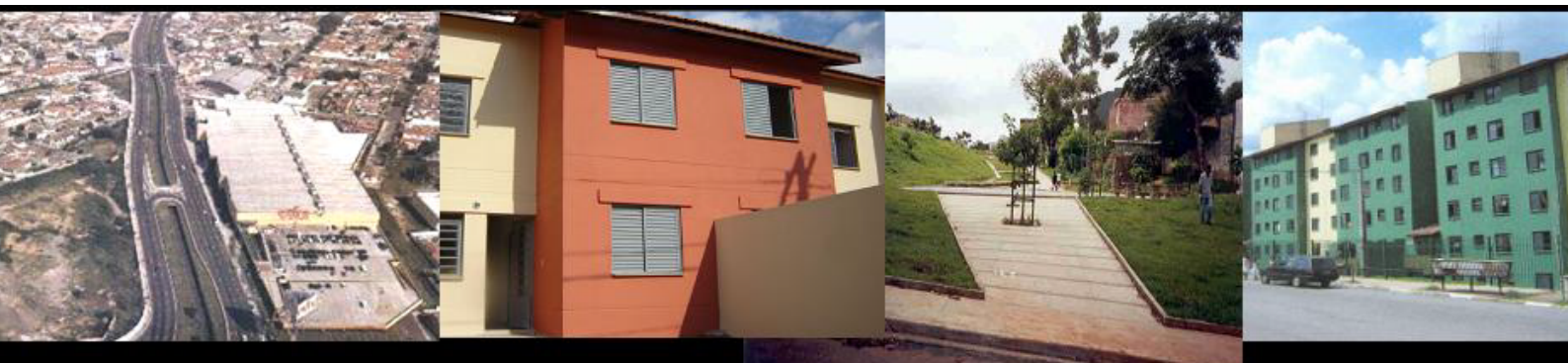
- Incorporar recursos orçamentários para as atividades de preservação patrimonial, conservação, manutenção e limpeza, à rotina de serviços da Prefeitura de São Paulo, através das Sub-prefeituras;
- Intensificar as ações junto a SABESP no sentido de eliminar os lançamentos de esgoto no sistema de drenagem;
- Intensificar as ações de educação ambiental e dos serviços de limpeza pública nas áreas das bacias, com o objetivo de reduzir o lançamento de resíduos nos sistemas de drenagem.

2.4. O que falta fazer (se houver)?

- Todas as metas físicas repactuadas foram atingidas;
- A Prefeitura está desenvolvendo ações complementares ao PROCAV, fora do âmbito do Programa financiado pelo BID, para o prosseguimento da canalização dos córregos Guaraú, Itaquera, Inhumas, Machados, Rio das Pedras, Pirajussara e Aricanduva.

2.5. Quais as principais lições aprendidas?

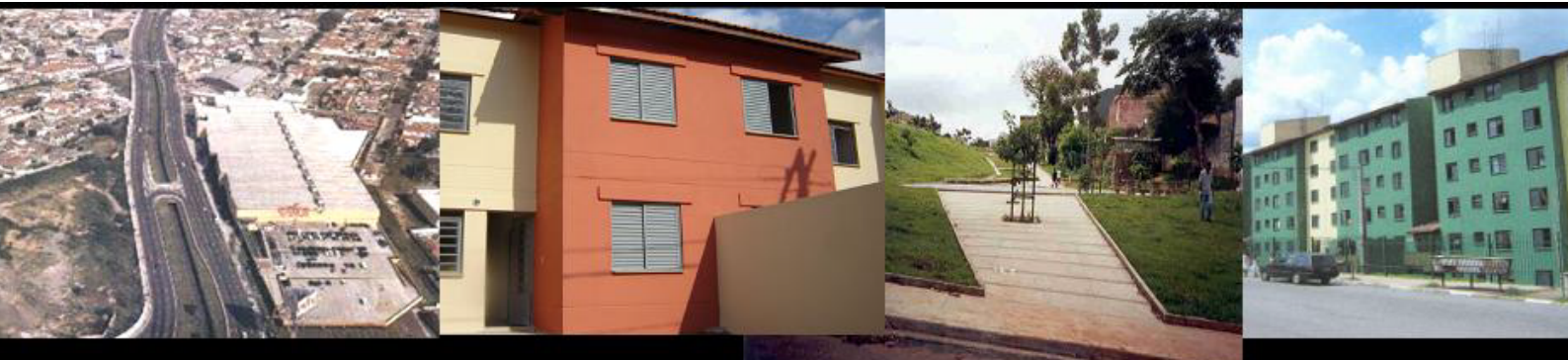
- Aprimorar os termos de referência para a contratação dos Projetos Básicos;



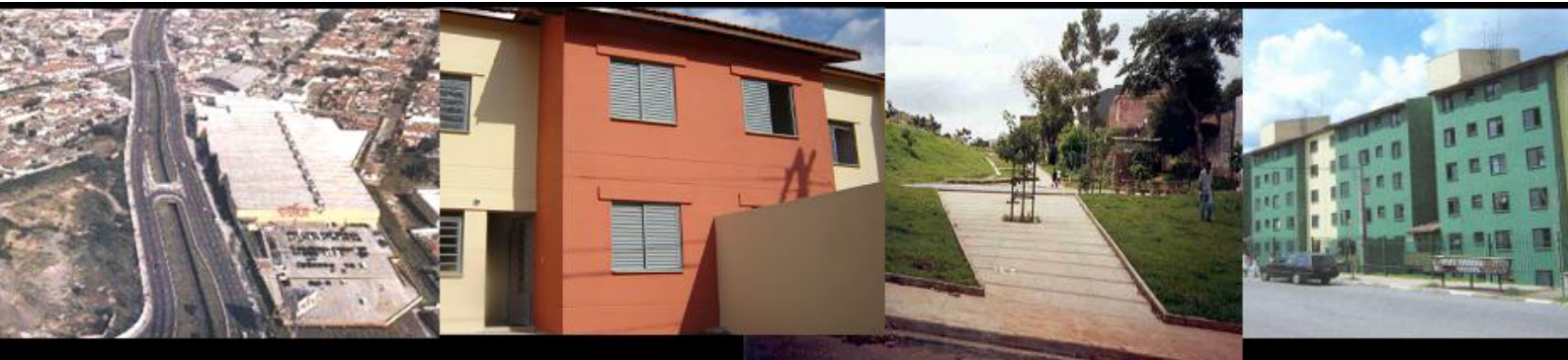
- Criar um plano de escalonamento das obras de canalização de córregos, evitando-se a deflagração de muitas obras concomitantemente, com o objetivo de adequar à capacidade de execução;
- Ampliação do GEPROCAV, com a efetiva atuação conjunta de representantes das diversas Secretarias envolvidas no Programa.

Como sugestão de melhoria, o grupo detalhou os componentes essenciais para um projeto básico, dentro do planejamento geral do empreendimento, afim de que os percalços não afetem a gestão pública do empreendimento:

- Solução de engenharia bem “resolvida”
- Execução de sondagens
- Cadastramento das interferências aéreas e subterrâneas → constar do Projeto Básico a execução do cadastramento das redes de Concessionárias existentes no empreendimento prevendo até, recursos para a confirmação *in loco*
- Definição das áreas de apoio (jazida, caixa de empréstimo e bota fora) → Projeção da vida útil das áreas de apoio, considerando alternativas que estejam na abrangência do horizonte do projeto
- Projeto de desvio de tráfego (PDT) → Estudo preliminar do PDT, a fim de negociar com a CET previamente, evitando transtornos na decorrência das obras
- Projeto de Acessibilidade



- Meio Ambiente → Projeto de Paisagismo / Implantação de áreas verdes; definição do plano de manejo e projeto de recomposição de áreas degradadas, incluindo as remoções de árvores necessárias; licenciamento ambiental do empreendimento; licenciamento ambiental das áreas de apoio:
 - Jazida
 - Caixa de empréstimo
 - Bota-fora
 - Canteiros de obras
- Projeto de remanejamento das Interferências → deve constar no Projeto Básico a fim de viabilizar que os referidos remanejamentos sejam executados pela empreiteira contratada
- Desapropriação:
 - Cronograma de desapropriação compatível com o cronograma físico dos serviços → contratar uma empresa para executar serviços específicos para atender às demandas das desapropriações
 - Fortalecer recursos para a gestão pública em desapropriação
- Reassentamento de Famílias → definição das áreas a serem desocupadas.



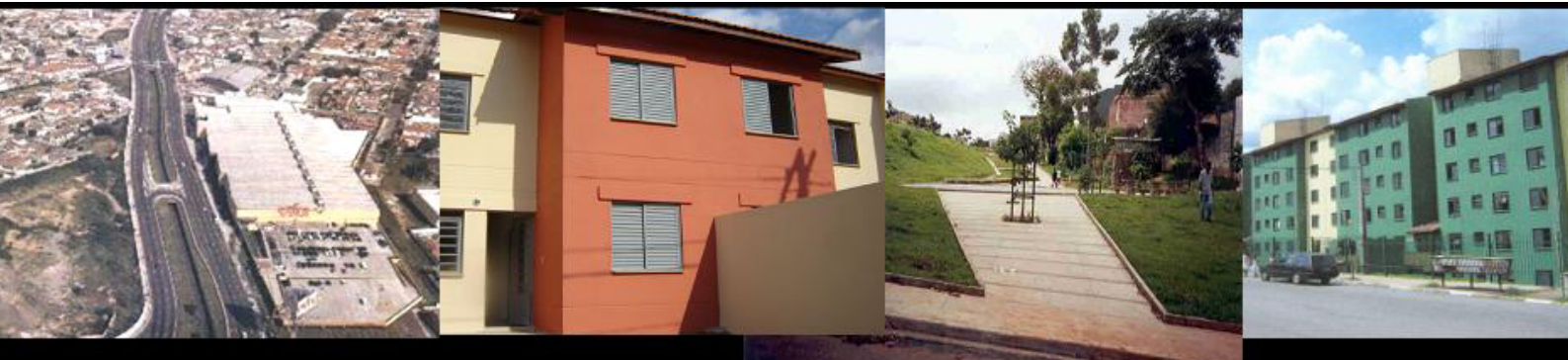
3. Verde e Meio Ambiente

Desde o desenvolvimento do projeto e sua devida assinatura no início da década de 90, houve um expressivo desenvolvimento da gestão ambiental e de sua importância. O planejamento, controle e fiscalização do uso sustentável dos recursos naturais e sua preservação tornaram-se imprescindíveis em diversos tipos de empreendimentos.

Neste contexto, o PROCAV II proporcionou a primeira oportunidade de inclusão do componente verde e meio ambiente como objetivo em uma obra de grande vulto na cidade de São Paulo. Entretanto, devido à inexistência de modelos, padrões e especificações na época, afinal a Secretaria competente foi criada durante a execução do PROCAV II, a preocupação primordial do Programa norteou especialmente a drenagem e não amplamente a melhoria ambiental.

As análises do grupo quanto as propostas e os resultados do Programa foram baseadas em três vertentes:

- Áreas verdes
- Educação Ambiental
- Reforço institucional



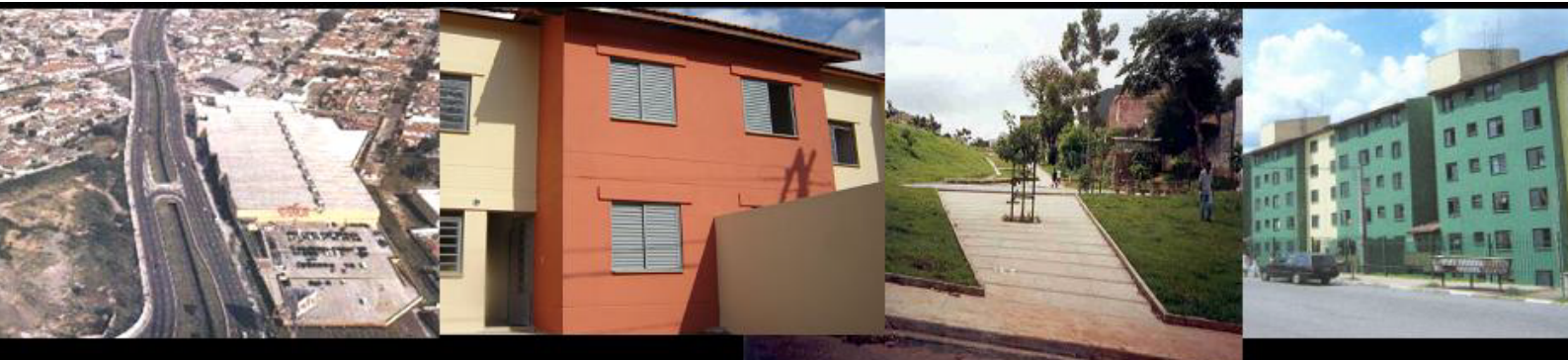
3.1. Áreas Verdes

3.1.1. *Aspectos Positivos*

- Disponibilização de recursos para implantação de áreas verdes junto a obra e na Bacia Hidrográfica, não previsto no ProcaV I.
- Esta disponibilização proporciona acréscimo de vegetação na Bacia, de áreas de lazer para a população com o incremento de equipamentos de recreação.

3.1.2. *Aspectos Negativos*

- Ausência de uma discussão ampla das questões ambientais na fase de planejamento estratégico das intervenções, de modo a contemplar diversas alternativas de requalificação do fundo de vale.
- Ausência de mecanismos que garantam a manutenção das áreas verdes.
- No projeto de áreas verdes deve-se considerar um prazo de 2 anos para a garantia da sua consolidação, prevendo-se recursos para tanto.



3.2. Educação Ambiental

3.2.1. *O que funcionou bem no componente?*

- Técnicos do projeto são referencia em educação ambiental no Brasil todo, Ministério do Meio Ambiente, Educação, órgãos estaduais e municipais do SISNAMA, Ongs.

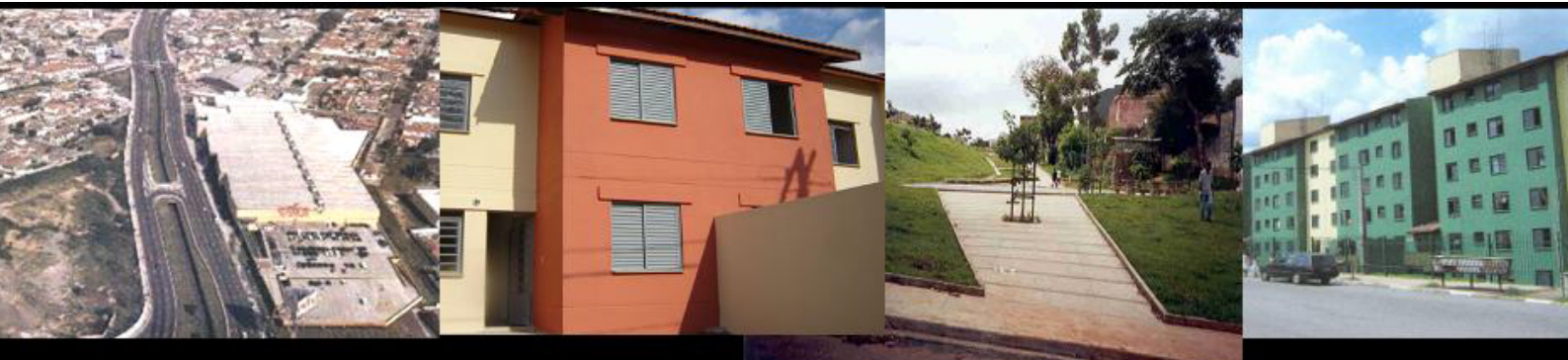
3.2.2. *O que não funcionou bem?*

- A educação ambiental deve estar prevista no planejamento estratégico e ser concomitante, até anteceder as intervenções previstas, com a participação da comunidade.
- Não foram obedecidas as prescrições do projeto inicial de educação ambiental aprovado pelo BID.

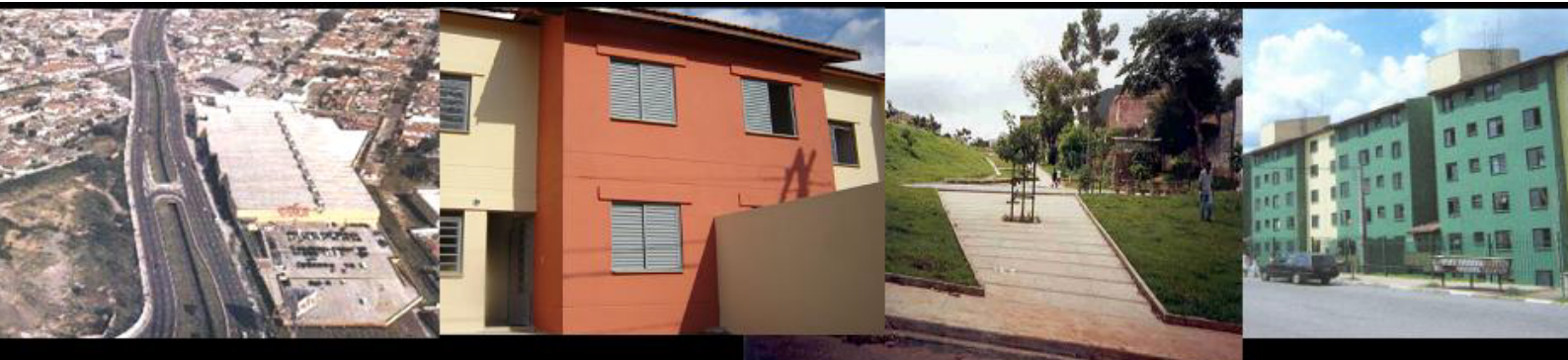
3.2.3. *Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que se precisa?*

- Prever-se recursos para desenvolvimento dos projetos nas comunidades (PAVES).

3.2.4. *Quais as principais lições aprendidas?*



- Educação ambiental não pode ser concebida de maneira simplista, “sanitária”, em situações de vulnerabilidade social como as presentes no Proca, mas deve abarcar estratégias mais complexas que busquem a participação e apropriação do território pelas comunidades.
- Educação ambiental contínua, permanente, intersetorial, inserida em políticas públicas.
- Programa Ambientes Verdes Saudáveis (PAVES) → resposta a experiência anterior do PROCAV, funções e objetivos:
 - Implementar políticas públicas voltadas para a inclusão de questões ambientais no conjunto das ações de promoção da saúde desenvolvidas no Município de São Paulo.
 - Fortalecer a gestão intersetorial saúde-ambiente favorecendo intervenções em questões ambientais de impacto sobre a saúde da população.
 - Promover atitudes voltadas à preservação, conservação e recuperação ambiental.
 - Desenvolver ações de promoção da saúde da população.



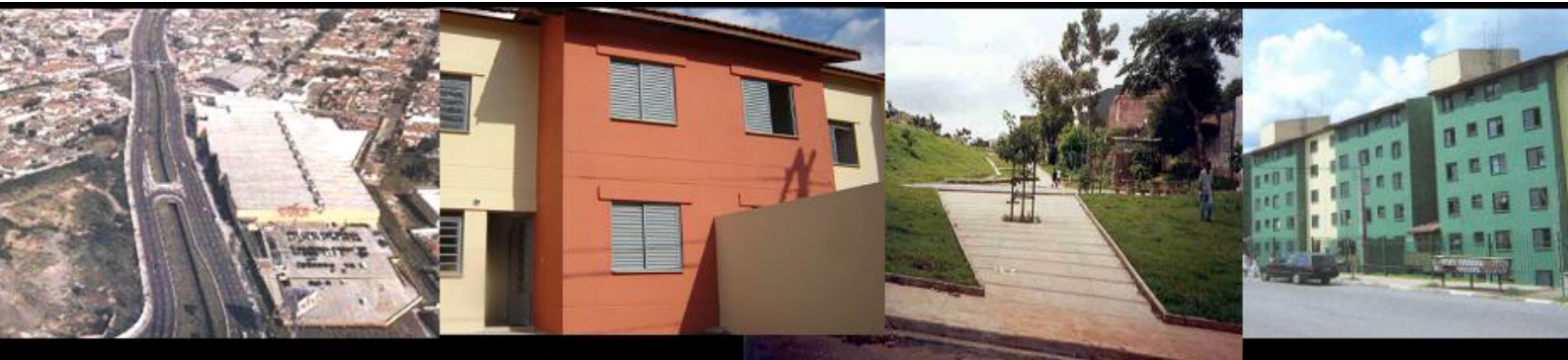
3.3. Reforço Institucional

3.3.1. *Aspectos Positivos:*

- Viabilizou muitas ações e projetos de capacitação num momento difícil em que a SVMA (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) estava começando a se estruturar;
- Ajudou a criar conceitos e parâmetros que foram importantes para uniformizar os procedimentos da SVMA na formação de seus quadros.

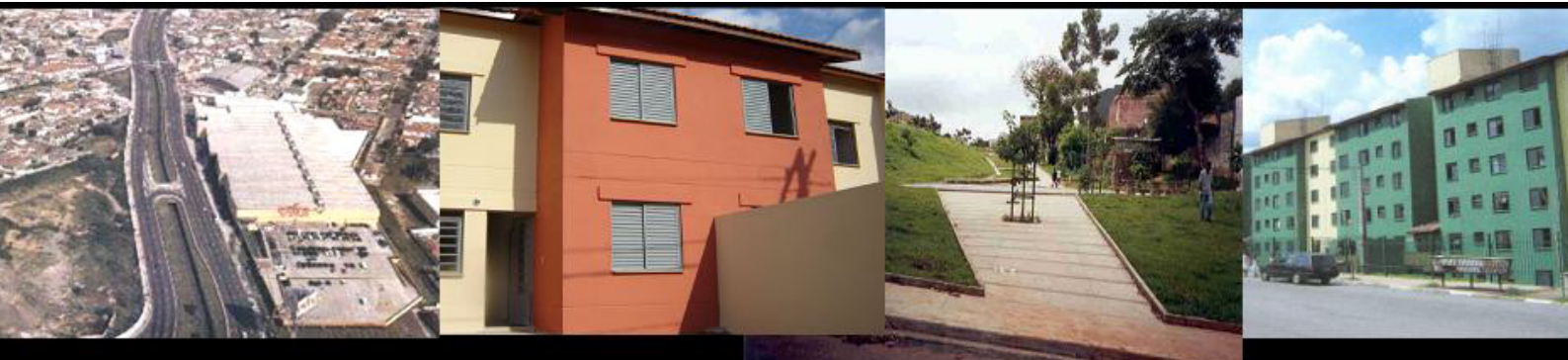
3.3.2. *Aspectos Negativos*

- Dificuldade da Secretaria de Finanças em atender às necessidades do Programa de SVMA e liberar recursos orçamentários (só no final isto aconteceu).
- Dificuldade na comunicação mais direta com o BID.
- Necessidade de aprimorar mecanismos de avaliação ambiental que, além de apontar os impactos e problemas ambientais encontrados, possa impedir a repetição dos erros e fornecer feedback para os projetos.



3.4. Sugestões de melhorias

- SVMA deve participar em todas as etapas: concepção, projeto e execução.
- Necessidade de previsão de recursos para que SVMA possa acompanhar toda a sequência da viabilidade ambiental do projeto.
- Descontinuidade administrativa interfere no componente de meio ambiente.
- Os custos ambientais deveriam ser em grande parte objeto de financiamento direto do Banco, evitando-se desta forma danos a sua implantação decorrente da descontinuidade administrativa.



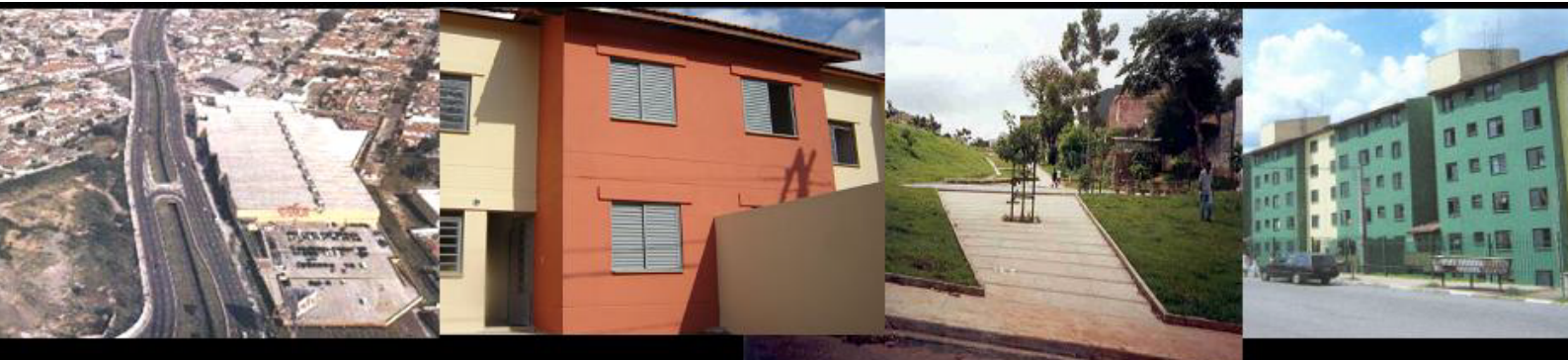
4. Finanças

4.1. O que funcionou bem no componente?

- Transparência nas informações com o BID
- Afinidade e cumprimento dos itens contratuais (prazos e entregas)
- Emissão de relatórios de auditoria limpos ou com pequenas ressalvas
- Controle efetivo dos reembolsos, comprovações de gastos dentro de cada categoria
- Confiabilidade e precisão nas informações
- Histórico da execução do projeto
- Flexibilidade da realocação dos recursos

4.2. O que não funcionou bem?

- Atraso nas execuções do projeto, gerando maior custo contratual



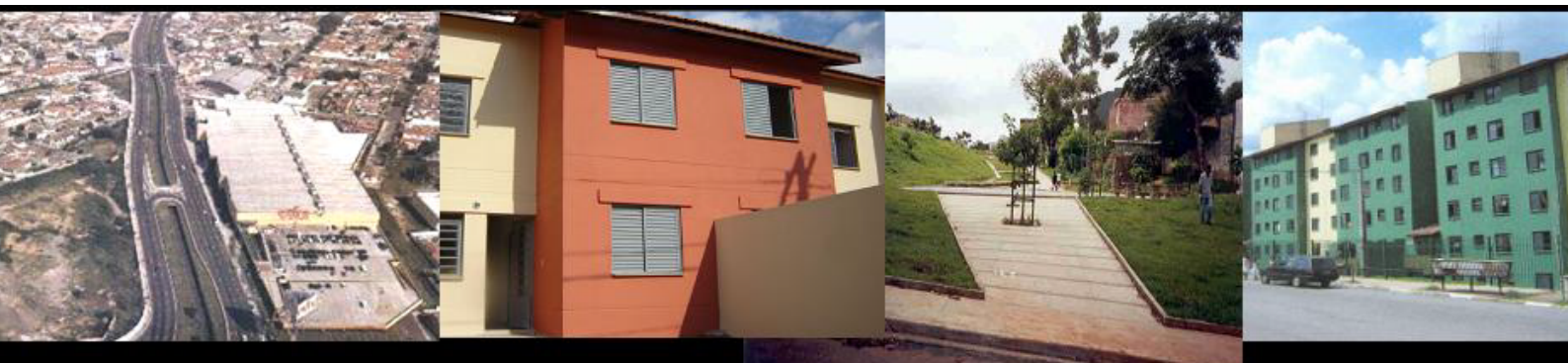
- Falta de sistema informatizado e integrado à gestão do projeto, contendo informações financeiras, gerenciais e contábeis
- Troca de gerenciadora do projeto
- Indisponibilidade de recursos (Ex.: pagamento de desapropriações)

4.3. Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que se precisa?

- Manutenção de vistoria constante
- Fiscalização do Projeto
- Encaminhamento de relatório ao BID
- Garantia de Recursos Orçamentários e Financeiro

4.4. O que falta fazer (se houver)?

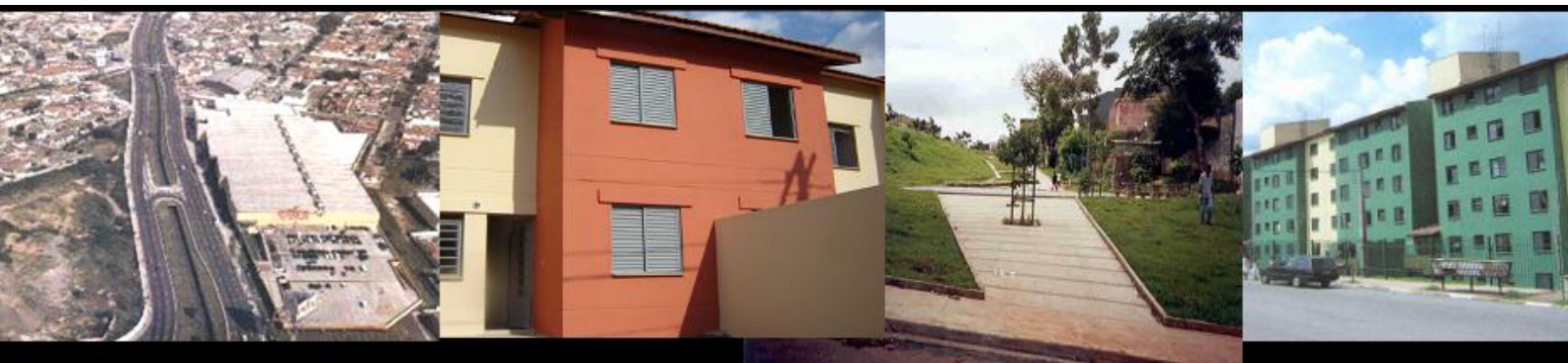
- Emissão de Relatórios demonstrando a execução do componente fortalecimento institucional



- Relatório semestral de acompanhamento do 2.º semestre de 2006
- Auditoria Final de 2006

4.5. Quais as principais lições aprendidas?

- Reuniões periódicas, visando a integração das áreas envolvidas na execução do projeto
- Definição de projetos passíveis de desenvolvimento dentro do prazo contratual
- Desenvolvimento de projeto multifases, evitando desta forma aumento dos custos financeiros e sociais
- Priorização do desembolso inicial nas desapropriações
- Unificação de informações gerenciais
- Designação de representantes das áreas envolvidas, visando maior agilização do projeto



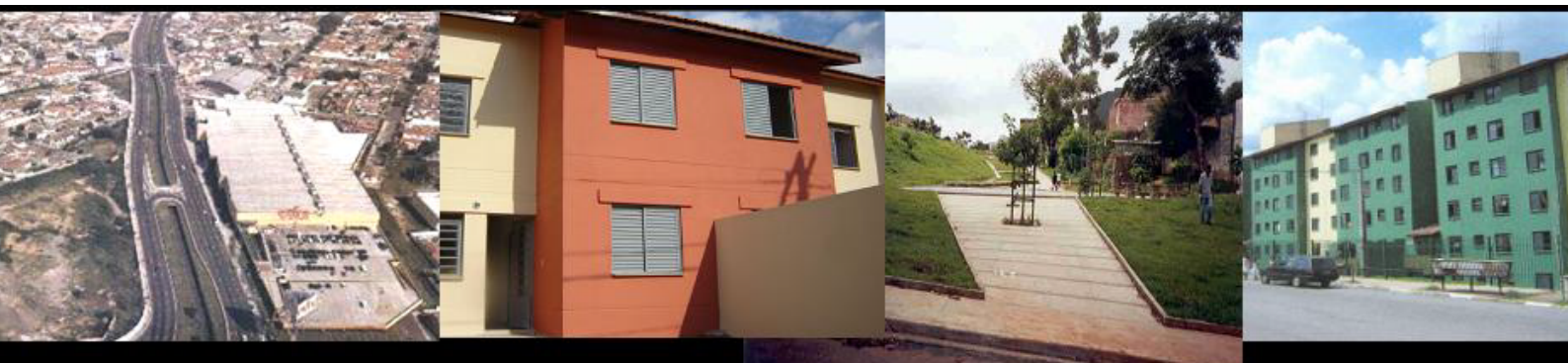
C. Conclusão

O PROCAV II foi um Programa complexo que, além dos benefícios diretos acima expostos, como saneamento, drenagem, infra-estrutura viária, melhoria nas condições de habitabilidade e eliminação das áreas de risco e insalubridade, obteve excelentes resultados com qualidade final de obras, participação ativa da comunidade nas decisões e ainda, proporcionou uma requalificação física dos imóveis e uma elevação da auto-estima das pessoas beneficiadas pelo Programa.

O seu potencial como indutor do desenvolvimento urbano e econômico regional não foi integralmente desenvolvido devendo ser explorado de forma mais ambiciosa em próxima oportunidade.

Entretanto, durante o seminário, concluiu-se que há necessidade da elaboração de um planejamento estratégico integrado do Programa e planejamento físico e financeiro detalhado de cada um dos componentes por empreendimento / projeto. Deve ser ressaltado que o correto dimensionamento cronológico e financeiro, especialmente das ações preliminares, dentre as quais sobressaem, em importância pela complexidade que apresentam, a desapropriação, reassentamento, remoção de interferências e análise ambiental, poderão garantir ganhos substanciais de produtividade na execução de Programa semelhante.

É oportuno comentarmos que quando é prescrito planejamento detalhado, pressupõe-se a execução das tarefas preliminares com grau de precisão compatível, ou seja, levantamentos, identificação e caracterização deverão ser conduzidos com tratamento de projeto técnico.



Aqui cabe abordar de forma especial as atividades vinculadas à Desapropriações, cujos resultados não satisfatórios acusam a deficiência ocorrida nas atividades preliminares de identificação, caracterização e definição das medidas a serem aplicadas e elaboração do planejamento físico e financeiro.

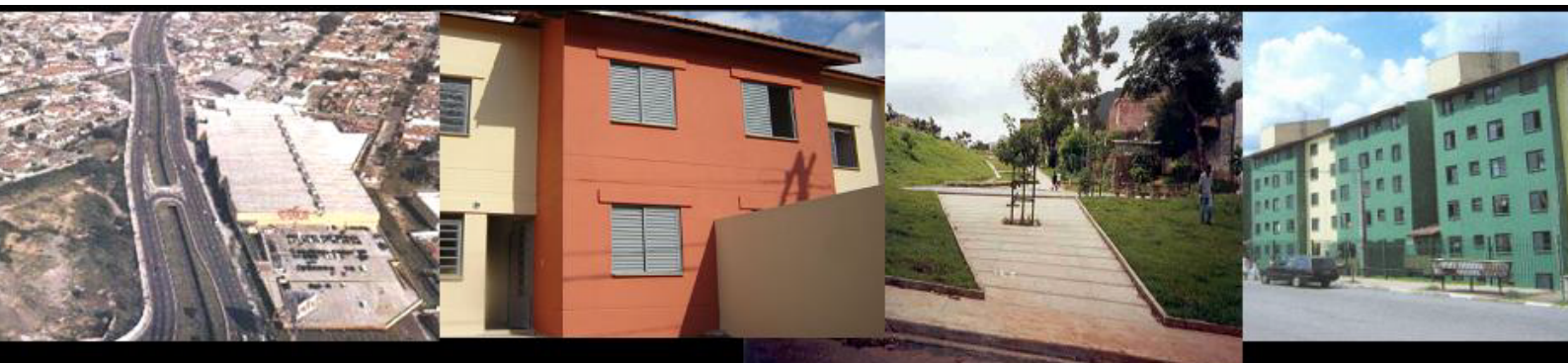
Sendo a efetivação da desapropriação precedente a todas as demais atividades de implantação das obras, seu impacto nos resultados foi decisivo.

Foi consenso a identificação da necessidade de tratamento adequado ao problema considerando os aspectos destacados no anexo correspondente, tais como cadastramento físico e documental dos imóveis, cadastro social das famílias, elaboração dos documentos de instrução dos Processos de acordo com as necessidades legais, providências relativas à desocupação, demolição ou adaptação dos imóveis.

Mereceu destaque o reconhecimento da necessidade de planejamento financeiro específico para as desapropriações com vinculação do Orçamento Programa.

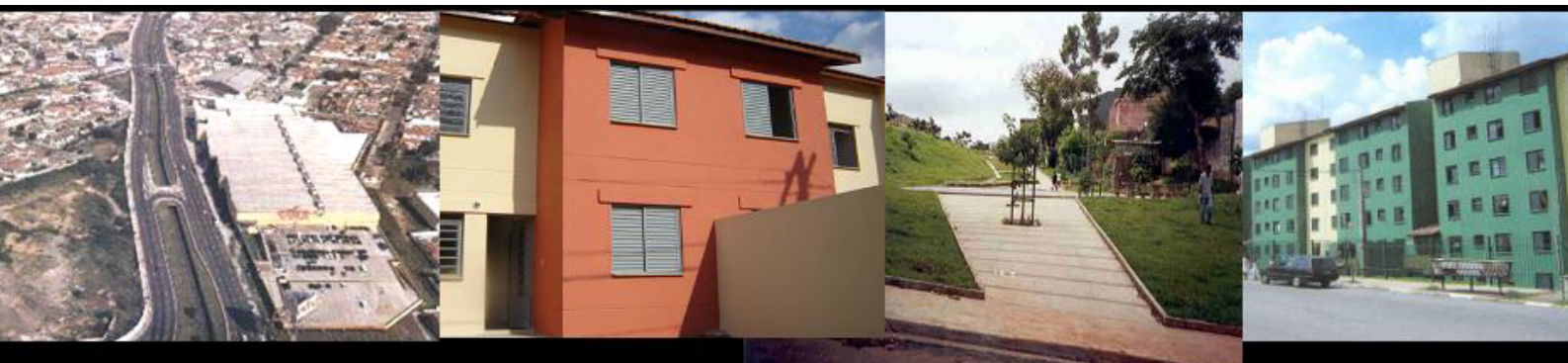
Problemas associados à dimensão do Programa, face à efetiva capacidade de execução, também surgiram em vários componentes e a recomendação é um consenso. Programas futuros deverão ser modulados em etapas ou fases compatíveis com a capacidade empreendedora verificada ou dimensionada para cada executor.

Inserido em um período de mudanças comportamentais e dos dispositivos legais relativos aos aspectos ambientais, o Programa, mesmo assim, cumpriu seus objetivos. No presente momento com o amadurecimento na interpretação da legislação e maior conscientização da população e agentes públicos e privados quanto à necessidade de considerar de forma mais



abrangente a avaliação dos aspectos ambientais na solução dos problemas urbanos torna necessário sua incorporação à todas as etapas do Programa.

Enfim, ponderando as atividades realizadas ao longo do seminário, resta-nos reforçar que o objetivo do PROCAV II foi atingido: melhor qualidade de vida de habitantes da Cidade, que por não possuírem ferramentas e condições que os permitissem sair das áreas degradadas, passam, através das ações do Programa, a viver em situação mais digna e próxima das ideais para que um ser humano possa exercer de maneira integral sua cidadania.



D. Considerações finais

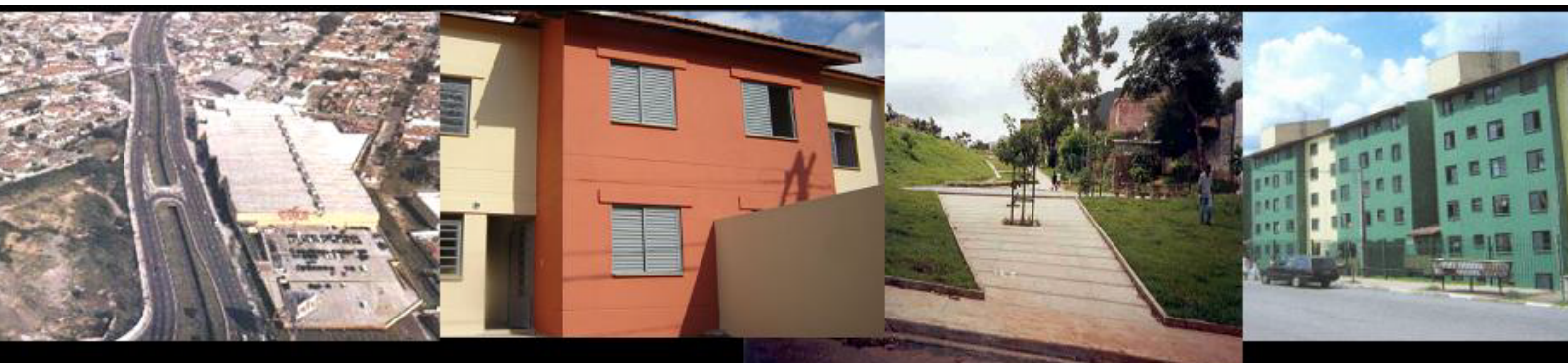
Resta evidente a dimensão do desafio enfrentado e superado com os esforços empreendidos pela Prefeitura e pelo BID.

O cumprimento dos objetivos demonstra a capacidade adquirida pelos executores de proposição e aplicação de soluções em situações críticas, que só pôde ser alcançado pelo ambiente de cooperação que se produziu. Inegável a importância da postura do agente financeiro na formação de tal ambiente profícuo, associando-se aos executores na superação dos desafios, aportando mais do que recursos financeiros, conhecimento técnico e gerencial.

A Prefeitura demonstra elevada capacidade de aglutinar recursos humanos próprios e de prestadores de serviços, selecionar construtoras capacitadas à altura dos Projetos e, através de ações de orientação técnica, fiscalização e gestão dos Contratos, garantir os bons resultados verificados.

Desta forma, coloca-se capacitada a desenvolver novos Programas e propô-los para avaliação técnica pelo Banco Interamericano.

O Geprocav, representando as equipes da Prefeitura, dos Prestadores de Serviços e das Construtoras, congratula-se com as equipes do BID e membros da comunidade pela vitoriosa conclusão do PROCAV II.





Banco Interamericano de Desenvolvimento
Relatório de Término de Projeto – PCR
Avaliação do Mutuário

Número do Projeto: BR-0159	
Agência Executora: Secretaria de Infra-Estrutura Urbana	
Mutuário: Prefeitura da Cidade de São Paulo	
Data de Aprovação do Projeto: 14/Dez/1994	Data de Efetivo contrato: 10/Jan/1995
Data de Avaliação do Mutuário:	Data da Reunião de Encerramento: 02 e 03/Abril/2007

Classificação de Desempenho do mutuário no Projeto

Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:

☒ Muito Provável (MP) ☐ Provável (P) ☐ Pouco Provável (PP) ☐ Improvável (I)

Implementação do Projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

Resultado de Sustentabilidade do Projeto:

☒ Muito Provável (MP) ☐ Provável (P) ☐ Pouco Provável (PP) ☐ Improvável (I)

Comentários:

Entendemos muito provável a probabilidade de alcance dos OD pois, para os componentes ainda não concluídos as etapas atingidas e os recursos já compromissados garantem sua irreversibilidade.

Quanto á Implementação, apesar da extrapolação do prazo com repercussões indesejáveis não previstas, as metas repactuadas com o Banco foram cumpridas e os objetivos atingidos.

Já para garantir a sustentabilidade ficou demonstrado que a Prefeitura mantém equipes e investimentos voltados para os conjuntos habitacionais bem como para manutenção e conservação dos canais e reservatórios.

Desempenho do Mutuário durante a Preparação do Projeto

Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

Em que pese o fato incontestável de ter ocorrido subestimação na complexidade das atividades e desapropriação, reassentamento e dos aspectos ambientais com repercussão no planejamento global do Projeto, os resultados alcançados na redução dos problemas sanitários, de enchentes, na eliminação das condições degradantes relacionadas à habitação em condições sub normais, em conjunto com as demais ações na área social, ambiental e de prestação de serviços públicos, confirmam o acerto no desenho e preparação do Projeto

Desempenho do Mutuário durante a Execução

Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

Entendemos que o desempenho durante a execução foi satisfatória uma vez que os desafios encontrados na execução do contrato foram enfrentados e superados garantindo que os objetivos traçados fossem atingidos.

Desempenho do Banco

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: o Banco que facilitou o desenho do projeto, propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento). Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras, tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto:

[x] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

Entendemos o desempenho como muito satisfatório pelas atitudes diante das dificuldades encontradas quer pela disposição em analisar as alternativas oferecidas pela Administração, quer pelas iniciativas em propor e orientar os executores nos momentos críticos do Projeto propiciando ambiente criativo e construtivo onde surgiram as alternativas que permitiram alcançar os objetivos.

Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco

Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro.

- **Maior frequência de visitas técnicas**
- **Estabelecer indicadores de avaliação de desempenho do Programa além de cumprimento de metas financeiras e físicas que permitam alcançar aspectos sociais, econômicos e ambientais**
- **tais critérios mais abrangentes poderiam orientar a liberação de recursos financeiros de forma mais adequada ao desenvolvimento de Projetos complexos.**
- **Clausula que permita subdividir o Projeto em Fases ou Etapas quando surgirem impedimentos de difícil superação em prazos razoáveis.**